

Rosemeire dos Santos

O Desafio do Trabalho com Famílias na Política de
Assistência Social no Vale do Paraíba

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em SERVIÇO SOCIAL sob a orientação da Profa. Doutora Maria Carmelita Yazbek.

SÃO PAULO

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Banca Examinadora

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Rosemeire.

O Desafio do Trabalho com Famílias na Política de Assistência Social no Vale do Paraíba./ Rosemeire Santos; Orientadora Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek.

São Paulo, 2010 – 127p.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

1. Serviço Social. 2. Política de Assistência Social. 3. Social e Família

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais **Ana e Nivaldo**, pelo apoio incondicional sempre.

Aos meus irmãos **Leandro e Flávio**, pelos laços enternos.

E a **Mirella**, minha sobrinha, pelos sorrisos e os titias que fazem esquecer qualquer problema.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais **Ana e Nivaldo**, pela minha formação e o apoio a cada passo na minha vida.

Aos meus irmãos **Leandro e Flávio**, que com o silêncio e um olhar profundo transmitem suas mensagens e nas horas que precisam me dão o colo.

À minha princesinha **Mirella**, que com seu sorriso meigo, faz a minha vida tornar mais alegre.

À minha cunhada, **Ana**, pelo apoio às minhas decisões, mesmo as mais insanas.

À **Michelly e Rosiléa**, por serem tão especiais, o apoio e os puxões de orelhas foram fundamentais para mais esse passo acadêmico.

Aos **assistentes sociais**, sujeitos dessa pesquisa, que compartilharam suas experiências e contribuíram para a construção desse trabalho.

Às professoras de graduação **Maria Conceição, Maria Fernanda, Maria Teresa, Maria Regina e Mabel**, por acreditarem e apoiarem nessa jornada.

Às professoras do Programa de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conviver no espaço acadêmico como representante discente, fez conhecer a cada uma e levar comigo um grande fardo de boas experiências.

À minha querida orientadora Professora Dra. **Carmelita Yazbek**, pelas horas de orientação, principalmente pela compreensão dos meus momentos de desorientação.

À família **Taekyon**, lugar onde encontro o auto-controle, o apoio desses atletas não "tem preço".

Aos **profissionais e estagiários do núcleo de prática jurídica "Dom Paulo Evaristo Arns"** da PUC-SP, conviver com vocês fez ter uma visão diferenciada da prática do profissional, cada momento compartilhado um aprendizado.

Aos **colegas da pós-graduação** pelas discussões acadêmicas e a confiança de poder representá-los nas instâncias acadêmicas.

Aos meus amigos, **Simão e Reginaldo**, mesmo distante sempre presentes.

As minhas **amigas de graduação: Andrea Miranda, Dayana, Érika, Fernanda, Jaqueline, Lídia, Luciana, Sheila e Vanessa**, uma amizade que iniciou na graduação e que os vínculos permanecem e a torcida e o apoio de vocês foi fundamental.

As **profissionais Hellen e Thaís**, profissionais com as quais cada discussão renderia uma dissertação, mesmo com nossa pouca experiência fizemos a diferença.

A **Kátia e Vânia**, pelo sorriso a minha chegada e o socorro em cada apuro.

Às **colegas do grupo de Pesquisa PROCAD**, a cada encontro um aprendizado, o que era ser a única mestranda nessa equipe, só tinha muito que aprender.

A **todas às pessoas**, que apoiaram, acreditaram, incentivaram, entenderam minha ausência e não deixaram desistir dessa caminhada.

Ao **CNPQ e CAPES**, pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo conhecer o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, na política de assistência social com famílias. O trabalho se desenvolveu apoiado em pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica subsidiou a construção teórica sobre a pesquisa. E a pesquisa de campo realizou-se com 8 profissionais dos 11 que atuam nos CRAS nas cidades de São José dos Campos e Tremembé, municípios que fazem parte do Vale do Paraíba, região geograficamente localizada entre as metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo. A efetivação do trabalho possibilitou a compreender as concepções históricas da profissão, da política de assistência social e a constituição das cidades do Vale do Paraíba. Fatores que favoreceram a compreensão do trabalho profissional na região. No que tange a ação do assistente social no trabalho com famílias, chegou-se à conclusão que nesse momento de implantação há necessidade de muitos momentos de reflexão e análise para a compreensão das complexidades e contradições da sociedade e para o exercício profissional no trabalho com famílias na contemporaneidade.

Palavras Chaves: Família, Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This monograph aims to know the work developed by social workers, in social welfare policy with families. The work was developed supported by literature and field searches. The literature research supported the theoretical construction of the research. And the field research was carried out with 8 of 11 professionals who work in CRAS in São José dos Campos and Tremembé, cities that are part of the Vale do Paraíba, geographically located between the metropolis Rio de Janeiro and Sao Paulo. The accomplishment of the work allowed to understand the historical conceptions of the profession, the social welfare policy and the establishment of the cities of Vale do Paraíba. Agents that supported the understanding of professional work in the region. Regarding the action of the social worker with families, it was concluded that in this moment of implantation it's needed many moments of reflection and analysis to understand the complexities and contradictions of the society and to the professional exercise in working with families nowadays.

Key Words: Family, Social Welfare Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

ANASSELBA – Associação Nacional dos Empregados da LBA.

ANG – Associação Nacional de Gerontologia.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

BPC – Benefício de Prestação Continuada.

C.F – Constituição Federal.

CBES – Comissão de Bem-Estar Social.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.

CEFAS – Conselho Estadual e Federal de Assistente Social.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNNS – Conselho Nacional de Serviço Social.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

CRAS – Centro Regional de Assistência Social.

CREAS – Centro Regional Especializado de Assistência Social.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DAS – Departamento de Ação Social.

FEBIEX – Federação Estadual das Instituições de Reabilitação.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FLBA – Fundação da Legião Brasileira de Assistência.

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

IPEA – Instituto de Planejamento Econômico e Social.

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

MAS – Ministério de Assistência Social.

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome.

MESA – Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome.

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

MTPS – Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

NEPPS/UNB – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade de Brasília.

NOB – Normativa Operacional Básica.

NOB/RH – Normativa Operacional Básica de Recursos Humanos.

ONG – Organizações Não Governamentais.

PAIF – Plano Nacional de Atendimento Integral à Família.

PAS – Política de Assistência Social.

PBF – Programa Bolsa Família.

PNAS – Política Nacional de Assistência Social.

SAS – Secretária de Assistência Social.

SMAS – Secretária Municipal de Assistência Social.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.....	18
1.1. O SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO	18
1.1. O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	32
CAPÍTULO II - PROCESSOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	40
2.1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	40
2.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) DE 2004.....	49
2.3. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) UMA VISÃO DO VALE DO PARAÍBA.	54
CAPÍTULO III – O DESAFIO DE PENSAR A FAMÍLIA.....	61
3.1. A FAMÍLIA SEUS CONCEITOS E PRÉ-CONCEITOS.....	61
3.2. A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE E O SERVIÇO SOCIAL.....	63
3.3. A PROPOSTA METODOLÓGICA DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS NO TRABALHO COM FAMÍLIA, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	72
3.4. O TRABALHO REALIZADO COM FAMÍLIAS NAS CIDADES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TREMEMBÉ.	81
3.4.1. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:.....	81
3.4.2. CENÁRIO DE PESQUISA E OBSERVAÇÕES DO PESQUISADOR:	82
3.4.3. OS PROFISSIONAIS EXECUTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:.....	87
3.4.4. O TRABALHO COM FAMÍLIAS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS NO VALE DO PARAÍBA:	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	103
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	111
ÂNDICE 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	117
APÊNDICE 3 - PLANILHA DE TABULAÇÃO DE DADOS.....	118

INTRODUÇÃO

Durante o processo de graduação em Serviço Social na Universidade de Taubaté (UNITAU), realizei estágio obrigatório no Departamento de Ação Social (DAS) da Prefeitura Municipal de Tremembé, cidade situada na região do Vale do Paraíba, com uma população de 41.159 habitantes, segundo censo de 2007¹.

Esse estágio ocorreu durante os dois últimos anos da minha graduação, 2004 e 2005 e o trabalho realizado era o planejamento, acompanhamento e a execução dos projetos e programas PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Espaço Amigo e Renda Cidadã.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma iniciativa do governo Federal que em convênio com a Prefeitura Municipal de Tremembé atendia 50 crianças e adolescentes de 07 a 16 anos em situação de trabalho infantil, além de prestar atendimento aos seus familiares. Tal atendimento consistia na orientação, conscientização e na realização da jornada ampliada² para as crianças e adolescentes que eram encaminhados para a rede de serviços do município para os atendimentos necessários, como por exemplo, para a Unidade Básica de Saúde, para tratamentos médicos, Departamento de Educação, regularidade da situação escolar entre outras demandas apresentadas pelos participantes. A baixa renda e a baixa escolaridade representavam o perfil dessas famílias, residentes, em sua grande maioria, na área rural do município. A concentração do trabalho da família, principalmente das crianças e adolescentes, se dava por meio de trabalhos domésticos, agrícolas e oleiros³. A família participante recebia por cada criança ou adolescente uma bolsa auxílio de R\$ 25,00 (vinte e cinco) por mês para serem utilizados na alimentação e nas despesas da casa. Como forma de substituir o salário que a criança ou o adolescente creditaria para a família se estivesse no trabalho.

Já o projeto Espaço Amigo era iniciativa do Governo do Estado de São Paulo em convênio com a prefeitura que atendia 29 crianças e adolescentes. Esse projeto era realizado em apenas um bairro, distante da área central da cidade e de

1 Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

2 Jornada ampliada: atividades realizadas em horário contrário às aulas das crianças e dos adolescentes na tentativa de retirá-lo do trabalho infantil.

3 Oleiros: atividade exercida por pessoas que trabalham em olarias, na fabricação de tijolos.

difícil acesso. Os participantes do projeto e seus familiares se encontravam em diferentes situações de vulnerabilidade social, como a evasão escolar, violência emocional, psicológica e física, dentro outros. Uma das poucas diferenças do Espaço Amigo e do PETI era o fato de o primeiro pertencer à iniciativa Estadual e por conta disso não haver o repasse da bolsa auxílio, enquanto que no segundo contava com repasse de um auxílio financeiro, subsidiado pelo Governo Federal.

O Projeto Renda Cidadã do Governo do Estado de São Paulo em convênio com a Prefeitura atendia 90 famílias em situação de vulnerabilidade social. Essas famílias recebiam um repasse financeiro de R\$ 60,00 mensais durante 12 meses, podendo ser prorrogável por mais 12 meses, em que a família inserida dispunha de cursos para a sua “emancipação financeira” e geração de renda.

Nesse cenário, deparei-me com inúmeras situações em que para o trabalho do assistente social e da equipe acontecer, era essencial a intervenção no problema social apresentado pelos participantes dos projetos e programas para orientações e encaminhamentos necessários para a rede de serviços, principalmente nas situações de violência doméstica e de evasão no sistema de ensino.

Diante das situações apresentadas, não cabia ao profissional apenas reconhecer as demandas sociais como resultantes do processo de produção capitalista, mas também saber questionar e atuar nas questões apresentadas. Apesar de ser possível reconhecer as demandas, como intervir na situação sem nenhuma orientação técnica e teórica?

Enquanto estudante em processo de formação acumulei dúvidas e inquietudes, porém buscava saber como realizar a intervenção social nesse momento. Não havia o acompanhamento de nenhum profissional para a instrução de atuação no campo e no processo de pesquisa de embasamento teórico para a atuação profissional, não foi possível encontrar instrumentos teóricos sobre família e sobre suas concepções na sociedade contemporânea.

Em 2004, inicio o projeto de pesquisa para a elaboração de meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, voltado à família, porém limitado à pesquisa em família recomposta.⁴

⁴ Família Recompota: A família recomposta se resulta da transformação de uma família nuclear ou monoparental, na qual o responsável por ela decide se casar novamente ou viver uma união

Na universidade, enfrentei situações não favoráveis para a conclusão desta pesquisa; foram feitas afirmações sobre sua inviabilidade, todavia as inquietações e curiosidades apresentadas no estágio fizeram com que eu continuasse com a pesquisa.

Após a graduação continuei a participar das atividades da Universidade e das discussões sobre a Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Nesse sentido, estive presente a diversas discussões e seminários referentes à implantação da PNAS e à instalação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em todos os debates realizados, o principal questionamento era a proposta central da PNAS que focaliza o trabalho profissional dos técnicos envolvidos nos CRAS com o trabalho sociofamiliar⁵.

Nesse processo após a elaboração de meu TCC, surgiram-me questionamentos: Como o assistente social irá desenvolver ou como ele está realizando o trabalho com famílias? Que aporte teórico metodológico ele encontra para realizar seu trabalho de informação, orientação e intervenção junto ao usuário? Os profissionais do Vale do Paraíba estão participando das discussões e de capacitações para a efetivação da PNAS? Essas capacitações correspondem a um atendimento coletivo e emancipatório ou a um atendimento assistencialista terapêutico?

A partir das inquietudes expostas, fui estimulada a construção de um projeto de pesquisa à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e ao Programa de pós-graduação em Serviço Social no intuito de conhecer o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais envolvidos com a política de assistência social.

A pesquisa para a construção dessa dissertação ocorreu em tempos de implantação e formulação de procedimentos e técnicas para o desenvolvimento do trabalho do assistente social. Além disso, centrei esforços na região do Vale do Paraíba, que possui um processo histórico complexo da assistência social, isto é,

consensual, reconstituindo uma nova família, por vezes, com filhos do primeiro casamento de uma das partes ou de ambas. (SANTOS, 2005, p. 21)

⁵ A PNAS traz que: “ A centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária”

em muitos municípios da região a assistência social não é vista como uma política social e sim como um atendimento com caráter de ajuda assistencialista e de benemerência.

Esta dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP, fruto de uma pesquisa bibliográfica e de campo, teve o apoio do CAPES e CNPQ, agências de fomento à pesquisa.

Para a elaboração deste trabalho escolhi como procedimento metodológico pesquisas de campo e bibliográfica. Para a primeira foi necessária uma fundamentação em pesquisa qualitativa na qual foram observados os cenários político e conjuntural de cada município; a atuação dos profissionais de Serviço Social, articulando vários instrumentais de pesquisa como: questionários com questões abertas e fechadas, observação do pesquisador, resultando em diários de campo, roteiro de entrevista, elaborados em questões semi-estruturadas, entrevistas, seguindo o roteiro de entrevistas elaborado, possibilitando um diálogo entre o pesquisado e o pesquisador.

A dissertação é composta por três capítulos elaborados em uma perspectiva de abordagem histórica, não evidenciando apenas a atualidade da ação profissional e da Política de Assistência Social. Portanto, apresentará a historicidade da profissão e a sua ligação com o desenvolvimento das políticas sociais, em especial a política de assistência social.

Nesse sentido, o primeiro capítulo apresenta um breve resgate histórico da profissão do Serviço Social, seu processo de institucionalização e desenvolvimento no contexto de expansão das políticas sociais no país e especialmente da Assistência Social no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

No segundo capítulo, se apresenta um pequeno histórico sobre o surgimento e o desenvolvimento da política de assistência social, suas determinações e características em cada governo no nível federal, até a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, suas diretrizes e metas, para o reconhecimento, desenvolvimento e efetivação da política de assistência social. No entanto, como o enfoque da pesquisa foi a região do Vale do Paraíba, ainda no segundo capítulo é apresentada brevemente a região do Vale do Paraíba, com foco nas cidades de São José dos Campos e Tremembé selecionadas para o aprofundamento da pesquisa pelas seguintes características:

São José dos Campos: classificada pela PNAS como uma cidade de grande porte e com um desenvolvimento econômico considerável com grandes relevâncias para o desenvolvimento da política de assistência social na região, por ser sede de uma Universidade com o curso de Serviço Social e de ser também sede do Conselho Regional de Serviço Social, além de apresentar condições econômicas que influenciam todo o desenvolvimento do Vale. É um dos pólos tecnológico e industrial mais desenvolvido do país. De acordo com a tese apresentada por Silva, 2007, o município é constituído tanto por migrantes como imigrantes. O seu desenvolvimento econômico, a grande oferta de trabalho e a necessidade de mão-de-obra qualificada fizeram com que muitas pessoas emigrassem para o município. Apesar de possuir uma arrecadação alta e um desenvolvimento econômico considerável, o município apresenta grandes expressões da questão social, com índice elevado de pessoas vivendo em situações de risco e vulnerabilidade social.

Tremembé: cidade com uma população de 41.159 habitantes⁶, num território de 192 km², classificado pela PNAS, como município de pequeno porte II; diferentemente do outro Município escolhido, não é um pólo industrial, sua economia é baseada no comércio e na produção agrícola e manufatureira. A produção agrícola de maior importância na cidade é o plantio de arroz; a produção de tijolos e a extração de areia configuram a economia local. Sua população em sua maioria é de migrantes, pois pela proximidade das cidades industriais como São José dos Campos, Taubaté e Pindamonhangaba muitos de seus moradores residem na cidade, mas vendem sua força de trabalho nas indústrias instaladas nas cidades vizinhas. A arrecadação do município está alicerçada nos tributos da prestação de serviços. Além das características apresentadas, a escolha deste município se deu justamente pela historicidade da política de assistência social, em que, não é vista nem por seus habitantes e muito menos pelos governantes como uma política e sim como um atendimento assistencialista, focando a caridade e reforçando a idéia de que o atendimento realizado deve se expressar em votos partidários para a próxima eleição.

No terceiro e último capítulo, as questões trazidas são: a historicidade e as transformações na família, as diretrizes e encaminhamentos possíveis a partir dos entendimentos dos documentos oficiais do governo federal. Nele também está

⁶ Segundo dados do IBGE de 2007, www.ibge.gov.br

exposta a pesquisa de campo, resultado da coleta de dados e do aprofundamento teórico, realizada durante todo o processo do mestrado.

Este trabalho resulta de um esforço acadêmico vinculado à pesquisa de campo, na tentativa da reflexão teórica na construção do conhecimento, reafirmando o processo dialético que a teórica e a prática são fundamentais para a afirmação e o desenvolvimento do Serviço Social como profissão vinculada aos atendimentos expressivos da questão social.

CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA.

1.1. O SERVIÇO SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO

Neste capítulo apresento um breve resgate histórico sobre a profissão de Serviço Social brasileiro, sua origem na década de 1930, seu desenvolvimento institucional e prático frente às demandas apresentadas aos profissionais do Serviço Social e especialmente sua relação com a Assistência Social brasileira.

O Serviço Social surge como profissão na divisão social e técnica do trabalho, sua prática profissional se dá no âmbito do enfrentamento das mazelas da questão social, que se agravaram no país a partir dos anos de 1930, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ou seja, “o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular é resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários.” (Yazbek, 2006: 124)

A proposta aqui é relacionar o trabalho do Serviço Social, a Questão Social e a implantação das Políticas Sociais, particularmente a Assistência Social. Vale lembrar que um dos fatores a ser considerado na implantação das Políticas Sociais são as estratégias utilizadas nos diferentes períodos e gestões do governo federal.

A proposta inicial das Políticas Sociais no país era uma tentativa de suprir as necessidades e as reivindicações da classe trabalhadora e de diminuir as expressões da Questão Social.

De acordo com o desenvolvimento de cada período histórico-político, a atuação e a intervenção dos assistentes sociais demandaram processos de discussões e de construções coletivas, tanto na implantação como na execução de políticas sociais.

Diante das condições da expansão do modo de produção capitalista as expressões emergentes da ‘questão social’⁷ nas décadas de 1920 e 1930 ficam cada vez mais expostas; os trabalhadores são cada vez mais explorados e se evidencia um crescente acúmulo do capital por parte dos detentores dos meios de produção, o que propicia uma organização por parte do proletariado, em busca das reivindicações. Para a burguesia e para os detentores do meio de produção, isso configurou uma ofensiva ameaça aos valores morais e éticos da sociedade:

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado. (IAMAMOTO, 2007: p. 126).

As leis sociais são implementadas e aprovadas como tentativas de controle social e para o atendimento às demandas das classes trabalhadoras e subalternas. Nesse contexto surge a profissão do serviço social.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. (IAMAMOTO, 2007: p. 127).

7 Partimos do pressuposto que segundo Pastorini “[...] a “questão social” tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera da reprodução social, então diremos, fazendo nossas as palavras de Netto, “que a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais etc.”” (PASTORINI, 2004: p. 96)

O Serviço Social brasileiro surge na década de 1930, “o surgimento do Serviço Social como profissão – vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada -, a sua vinculação com a chamada “questão social”.” (NETTO, 1992: p. 13) com um cenário violento de desigualdades.

O Brasil passa nesse período por um declínio na sua produção de riqueza agrária⁸, iniciando o desenvolvimento industrial. Nesse processo de transição, as pessoas residentes nas regiões agrícolas e rurais migram para os centros industriais em desenvolvimento. Territórios, sem nenhuma infra-estrutura para atender esse contingente migratório, que favorece ao aumento significativo da mazelas da “questão social”: como por exemplo, o número de habitações insuficiente, que favorece a construção de moradias ‘irregulares e ilegais’ sem nenhum tipo de saneamento básico, ocasionando um aumento significativo de doenças que vão atacar a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

O quadro que se apresentará neste momento é de um número de trabalhadores afastados dos postos de trabalho sem condições e/ou rendimentos financeiros para a manutenção de suas vidas e de suas famílias.

Portanto se faz necessária uma profissão qualificada e preparada para trabalhar em favor da “ordem social burguesa”. Conseqüentemente, a profissão do Serviço Social se institucionaliza com a fundação da primeira escola de Serviço Social em 1936, na cidade de São Paulo, com cunho fortemente religioso. Isso se deu a partir das iniciativas das lideranças da igreja católica inspiradas na Doutrina Social da Igreja, particularmente expressa nas encíclicas: “Rerum Novarum” de 1891⁹ e “Quadragésimo Ano” de 1931¹⁰.

Antes da institucionalização do primeiro curso de Serviço Social, a igreja junto com o movimento da Ação Católica¹¹ - que pregava o caminho da ação social –

8 Declínio resultante da primeira grande crise do capital que se iniciou nos EUA, um grande importador de grãos do Brasil, principalmente o café, que nesse período era o produto de representação da economia brasileira.

9 Publicada em 15 de maio de 1891, pelo Papa Leão XIII a Encíclica "Rerum Novarum"apresentou ao mundo católico os fundamentos e as diretrizes da Doutrina Social da Igreja. Foi a primeira Encíclica Social escrita por um Papa e, marcava o posicionamento da Igreja frente aos graves problemas sociais que dominavam as sociedades européias.

10 Redigida e publicada pelo Papa Pio XI em 1931, em comemoração aos quarenta anos da “Rerum Novarum”.

11 A ação católica é um movimento fundamental. Um movimento de leigos. A ação católica no dizer de Pio XI “...é a participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja”. A Ação Católica tem como missão a divulgação da doutrina da Igreja em vista à reforma social. (Aguiar, 1995: p. 20-21); Análise sobre o apoderamento da Igreja sob o Estado Novo e a realização da Ação Católica ver Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho; Relações Sociais e Serviço Social no Brasil;2007: 21ªed.

já desenvolvia ações para o enfrentamento da questão social, mesmo antes a fundação das escolas havia “*no Brasil realização de cursos de formação social e de semanas sociais, entre outros*” (AGUIAR, 1995: p. 28).

Diante da real necessidade de instrumentalização e da organização da ação social mais coerente e organizada por parte do laicato e de todos envolvidos nessa ação inspirada no pensamento social da Igreja vamos encontrar as origens das primeiras escolas de Serviço Social. “*Muitas das escolas de Serviço Social nascem de grupos que participaram dos cursos de formação social e das semanas sociais. Entre elas as de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre*”. (AGUIAR, 1995: p. 29)

A escola de Serviço Social de São Paulo é fundada pelo Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, que surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social que participaram dos cursos de formação social ocorridos em abril e maio de 1932. O recurso financeiro existente advinha das mensalidades das associadas, pois não havia nenhum apoio nesse sentido por parte da igreja; o curso funcionava em uma sala cedida após um “*acordo com a Liga das Senhoras Católicas, pelo qual assumia a responsabilidade de reorganizar e manter os serviços de biblioteca desta entidade...*” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008: p. 9).

O CEAS tinha como finalidade o estudo e a difusão da “Doutrina Católica¹²”:

O objetivo do CEAS será o de “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e de fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (IAMAMOTO, 2007: p. 169).

O CEAS “ofereceriam uma tríplice vantagem e seria ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p.171), considerados como fatores estratégicos de ação:

12 Ver análise mais aprofundada desse desenvolvimento em Maria Carmelita Yazbek, Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 à 1945 e Antonio Geraldo de Aguiar. Serviço Social e Filosofia das origens a Araxá.

1º - São campos de observação e de prática para a trabalhadora social que aí completa e aplica os seus estudos teóricos.

2º - São Centros de educação familiar, onde se procura estimular nas jovens operárias o amor ao lar e prepará-las para o cumprimento de seus deveres nessa missão.

3º - São Núcleos de formação de elites que irão depois agir na massa operária. Com esse intuito não somente cuidamos de estimular nessas jovens uma fé viva e esclarecida, o sentimento do exato cumprimento do dever, como também desperta-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção das responsabilidades que lhes incumbem nesse terreno.¹³

Além dos fatores estratégicos, o CEAS “não se limitava ao debate teórico dos problemas sociais, mas promovia para suas sócias visitas a instituições e obras sociais, criando também quatro Centros Operários em São Paulo ainda em 1932, em bairros de concentração operária, como Brás, Ipiranga, Barra Funda e Belém”. (YAZBEK, MARTINELLI e RAICHELIS, 2008: p. 10).

É clara a intenção do Serviço Social nessa primeira fase de implantação “o que importa é a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significação com a influência americana”. (Aguiar, 1995: p. 31).

Embora nesses primeiros anos de profissão a influência européia seja significativa, ela gradativamente cede espaço às técnicas profissionais norte-americanas. “A presença norte-americana se fará através de técnicas para o agir profissional, técnicas essas que terão como pressupostos teóricos o funcionalismo.” (Aguiar, 1995: p. 57).

Com a influência americana a formação do assistente social se baseia em quatro pontos: formação científica, formação técnica, formação prática e formação pessoal. A primeira baseada nas disciplinas de Sociologia, Psicologia, Biologia e Moral; a segunda voltada aos estudos das teorias sociais existentes e sua adaptação à realidade:

O assistente social deve combater os desajustamentos individuais e coletivos. Daí a formação técnica ensinar “como” fazê-lo. É a formação técnica que vai dar ao assistente social, conhecimento sobre o Serviço Social e dar-lhe condições de colocá-lo em prática. A formação técnica que vai dar, ao assistente social compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional. (AGUIAR, 1995: p. 33)

13 Tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS na sessão que realizou no dia 13 de maio de 1933. São Paulo, Arquivo da Escola de Serviço Social da PUC, apud Iamamoto e Carvalho, 2007: p. 171)

A terceira está estabelecida no “como fazer” nas diferentes realidades que o assistente social deverá ser envolvido. Nadir Kfouri em 1949¹⁴ afirma que: *“De início a parte prática girava exclusivamente em torno de visitas realizadas a obras sociais e a famílias necessitadas. Atualmente percebe-se que a preocupação maior, para bom número de escolas, reside em organizar os estágios, nas obras e a supervisão”*.

A última se baseava no desenvolvimento da personalidade do aluno de Serviço Social, em que deveria ter uma “moral mais sólida”:

Diz Aylida Faria: “Sem uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a atividade da assistente será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social¹⁵”. (AGUIAR, 1995: p. 33)

Alguns requisitos, considerados qualidades naturais, eram exigidos na seleção de alunos para o curso de Serviço Social, tais como: “ideal de fazer o bem”, “devotamento e desinteresse pessoal” e “critério e senso prático de ação”.¹⁶

A atuação profissional do Serviço Social nesse momento se baseia na disseminação dos preceitos católicos e em ações funcionalistas que passarão por várias transformações conforme as demandas sociais e as necessidades do Estado.

A Escola de Serviço Social passará por rápidos processos de adequação. O primeiro se dá a partir do convênio firmado entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado, em 1939, para a organização de centros Familiares. Essa demanda terá por reflexo a introdução no currículo da Escola de um Curso Intensivo de Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. O segundo se dará, logo em seguida, para atender a demanda das prefeituras do interior do Estado. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p. 177).

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal da cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que ao lado das grandes instituições assistenciais abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o

¹⁴ Fala de Nadir Kfouri no 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social realizado em 1949.

¹⁵ PEREIRA, Aylida Faria S. “Escola de Serviço Social”, Serviço Social, 4:85 apud in AGUIAR, 1995.

¹⁶ Qualidades exigidas, no folheto de divulgação para a Escola de Serviço Social em 1937, ver análise completa em Yazbek, 1977.

patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e a partir desse momento tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais.

Dessa forma, gradativamente, “o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social” (Yazbek, 2009:132)

No Rio de Janeiro o processo foi muito próximo ao de São Paulo, mas com um diferencial, “verifica-se uma participação intensa das instituições públicas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p. 181). Um marco importante para a fundação da escola de Serviço Social no Rio de Janeiro foi a realização da semana de Ação Social de 16 a 19 de agosto de 1936.

Em junho de 1937, funda-se no Rio de Janeiro o Instituto de Educação Familiar e Social, com os seguintes objetivos: “Formar entre as mulheres, não de uma classe, mas de todas as classes sociais, uma consciência de comunidade cristã que venha substituir o individualismo liberal egoísta sem cair na socialização inumana e estatal. Para isso formar assistentes sociais, educadores familiares e donas de casa que venham ser no meio em que vivem e trabalham, nos institutos em que ensinam ou nos ambientes sociais em que atuam, como elementos de correção das anomalias sociais, verdadeiros elementos de renovação pessoal e católica¹⁷.”(AGUIAR, 1995: p. 30)

As discussões sobre as diretrizes do ensino voltado à formação do Assistente Social continuaram mesmo com a consolidação do curso de Serviço Social no Brasil. Debates e discussões ocorreram não apenas no âmbito nacional. A consolidação foi tema de discussões nos congressos pan-americanos, sendo que os primeiros foram os de 1945 no Chile e de 1949 no Brasil:

Nesses congressos é marcante a posição católica através da presença e desempenho das escolas que seguem essa orientação, porém começa a estar presente também a influência norte-americana, através da valorização das técnicas e de certos pressupostos funcionalistas. (AGUIAR, 1995: p. 35)

17 Relatório do Instituto familiar e Social, Rio, 1938, in LIMA, Arlete Alves, A Fundação das Duas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, 66. (Apud in Aguiar, 1995: p. 30).

No congresso de 1949 que aconteceu no Brasil, a discussão central ainda focava a formação do Assistente Social, e no contexto de formação profissional, Nadir Kfoury¹⁸ afirma:

A formação teórica fundamenta-se no conceito do homem e da sociedade, em função do qual os princípios filosóficos se assentam. Na maioria de nossas escolas, as bases morais e sociológicas do serviço social são informadas pela conceituação cristã de vida que tem suas fontes na doutrina social católica. Dentro desse espírito se procura estabelecer a convicção de que o Serviço Social se prende a um plano de reestruturação da sociedade e de formação dos quadros sociais, requerendo, conseqüentemente, a ação social. Firma-se, assim, o princípio de que o trabalho social lança suas raízes na justiça, sobrelevada pela caridade cristã, sem o que é impossível se atingir o bem comum e viver-se numa sociedade realmente democrática. (KFOURI, 1949: p. 436 apud AGUIAR, 1995: p 36)

A afirmação realizada por Nadir comprova uma atuação profissional de caráter meramente emergencial, estruturalista e doutrinária católica. Os centros familiares fundados pelo CEAS em convênio com o Departamento de Serviço Social do Estado vão trabalhar com famílias da classe operária numa proposta de prevenção de desorganização social dessas famílias por meio de serviços de assistência e da educação:

Nesses centros manterão serviços diversos como plantão para atendimento de interessados, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas para adultos, curso primário “para proteger as crianças cujas mães são obrigadas a trabalhar fora”, cursos de formação familiar (moral e formação doméstica para o lar), restaurante para operários, etc. O tratamento dos casos será basicamente feito através de encaminhamentos, colocação em empregos, abrigo provisório para necessitados, regularização da situação legal da família (casamento) etc., e fichário dos assistidos. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p. 190).

O trabalho a ser executado será o de adequação, ajustamento, prevenção, ensino moral, vinculado às doutrinas religiosas às técnicas funcionalistas e o Serviço Social de caso. O trabalho realizado junto ao Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo, “*a mais ampla instituição de Serviço Social existente nesse momento*” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p. 191), está vinculado aos serviços direcionados aos menores ‘delinquentes’¹⁹, no campo da Assistência Judiciária “*a fim de reajustar indivíduos ou famílias cuja causa de desadaptação*

¹⁸ Trecho extraído dos Anais do II congresso Pan-Americano de Serviço Social, Rio de Janeiro, 1949, p. 436.

¹⁹ Menor Delincente – Termo utilizado na época para as pessoas menores de 18 anos em situação de um ato infracional.

social se prenda a uma questão de justiça civil". (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007: p. 191).

Na década de 1940 o Estado assume a 'questão social', como um problema de Estado. Essa é uma maneira de responder a algumas exigências da classe trabalhadora, de reconhecer a cidadania da classe operária, através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, que proporciona um grande mercado de trabalho para a profissão emergente do Serviço Social:

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia as possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais. (YAZBEK, 2009: p. 132).

A vinculação das assistentes sociais com o desenvolvimento das Políticas Sociais impulsionadas pelo Estado, favorece a profissionalização da categoria e resulta numa ampliação do campo de trabalho no enfrentamento da questão social.

A ação profissional dos assistentes sociais não se restringirá apenas aos trabalhos vinculados à Ação Católica, entretanto, é "importante lembrar que a ação normativa social do Estado brasileiro, nesse momento, apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadores da idéia de um Estado humanitário e benemerente". (YAZBEK, 2009: p. 132).

Um fator importante é a fragmentação da ação profissional, impossibilitando a apreensão totalitária da realidade social, o que resulta na ação profissional emergencial, pontual e localizada. Isso é decorrente do desenvolvimento das políticas sociais no cenário de um *Estado humanitário e benemerente*, que desenvolverá políticas setoriais.

Evidencia-se nesse momento o papel de regulador do social que o Estado exerce, reforçando a desigualdade social e o desenvolvimento capitalista. A profissão do Serviço Social, embora reconhecida pela portaria nº 35 de 19 de abril de 1949, como uma profissão liberal, terá como característica sua ação e a condição

de assalariamento vinculada ao Estado, o que “*vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional*” (YAZBEK, 2009: p. 133).

Cabe destacar que nessa trajetória a profissão acompanha, de diferentes formas, a Assistência Social brasileira desde os anos 30 quando o Estado assume uma intervenção reguladora frente à emergente questão social.

Como vimos anteriormente à influência americana vai tomar conta da ação profissional. Nos finais dos anos 1940 e 1950 a presença da interferência norte-americana no Serviço Social brasileiro cresce principalmente pela ‘oportunidade’ de cessão de bolsas de estudos às profissionais brasileiras para se especializarem nas universidades dos Estados Unidos da América do Norte. Entre as profissionais estão: *Maria Josefina Rabello Albano (RJ)*, *Marília Diniz Carneiro (RJ)*, *Nadir Kfourri (SP)*, *Balbina Ottoni Veira (RJ)*, *Maria Helena Correia de Araujo (RJ)* e *Helena Iracy Junqueira (SP²⁰)*, protagonistas e percussoras da profissão do Serviço Social brasileiro.

Com o retorno dessas profissionais ao Brasil, elas trazem consigo as técnicas de trabalho das “trabalhadoras sociais” norte-americanas, o *Serviço Social de Caso* e logo depois o *Serviço Social de Grupo e de Comunidade*:

O Serviço Social recebeu, de início, uma influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há preocupação com o indivíduo, suas emoções e sua personalidade. Isso se faz possível dado o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, o que não era e não é o caso do Brasil. Mas, como o Serviço Social brasileiro carecia de um aparato instrumental, o Serviço Social norte-americano aparece como solução. (AGUIAR, 1995: p. 60).

A influência americana se evidencia cada vez mais com suas práticas e técnicas em território brasileiro o que resultará na criação de uma instituição para atendimento às famílias dos expedicionários brasileiros:

Em 1942 o governo brasileiro cria a LBA com a finalidade de prestar assistência às famílias dos expedicionários brasileiros. Terminada a Guerra a LBA se volta para a Assistência à maternidade e à infância e já nesse momento se inicia a política de convênios com as entidades sociais [...] Caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade mobilizando a sociedade civil, o trabalho feminino e a profissionalização dos assistentes sociais. Essa modalidade de intervenção está na raiz da relação simbiótica que a emergente Assistência Social

20 Quadro apresentado por Arlete Alves Lima, A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil, p. 123: apud AGUIAR, 1995: p. 59

brasileira vai estabelecer com a Filantropia e com a benemerência. Portanto, o que se observa é que, historicamente a Assistência Social brasileira e juntamente com ela, o Serviço Social profissional, se estruturaram vinculados:

- 1) ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil e
- 2) ao avanço da profissionalização no tratamento da questão social e ao crescimento da centralidade do Estado na tarefa de assegurar o bem estar da sociedade. Trata-se de um contexto no qual o Estado passa a operacionalizar suas responsabilidades a partir do reconhecimento das competências profissionais e do trabalho baseado no saber técnico para a prestação de serviços sociais.” (Yazbek, 2006:125)

Nos finais dos anos 1950, mais precisamente em 1956, com o governo de Juscelino Kubitschek, o país assume a postura de “Estado desenvolvimentista”, o que vai impulsionar a ação profissional ao Desenvolvimento de Comunidade caracterizado também como ‘Organização de Comunidade’, ‘Desenvolvimento, ‘Organização de Comunidade’ e ‘Serviço Social de Comunidade’.

O desenvolvimento de comunidade é uma estratégia desenvolvimentista instituída pela Organização das Nações Unidas – ONU, após a II Guerra Mundial. Estratégia essa utilizada para pensar no desenvolvimento capitalista dos países que assinaram o acordo de participarem e apoiarem as ações estadunidenses para o desenvolvimento do mercado. Período de disputas pela hegemonia e da conquista do primado econômico, político e ideológico entre os EUA e União Soviética, período esse considerado o período da guerra fria²¹.

Nos anos de 1960, mais precisamente 1964, ocorre o golpe militar²² colocando fim ao Estado Nacional-Desenvolvimentista. O regime vai estar a favor do desenvolvimento do capital estrangeiro.

Nesse momento havia uma grande preocupação da sociedade conservadora, pois com o ‘Estado Desenvolvimentista’, houve o favorecimento para a organização da sociedade, como os Movimentos Sociais, Organizações Populares, Organização dos Trabalhadores, Movimento Estudantil, em que, a classe conservadora – o empresariado, os militares, os banqueiros e a Igreja Católica temiam por um Brasil em direção ao socialismo.

21 Guerra Fria: Considerada por alguns estudiosos, um período de disputas pela hegemonia do capital defendido pelos EUA e do socialismo defendido pela União Soviética. Período compreendido entre 1945, final da 2ª Guerra Mundial até 1991, com a extinção da União Soviética.

22 Golpe Militar, momento em que os militares praticaram um golpe de Estado, exaurindo os políticos do poder, e assumindo com supremacia todo o comando do país.

O regime militar se baseará no monopólio das ações sociais ao Estado, no investimento em negociações com os Estados Unidos da América com ênfase no desenvolvimento do Capital privado, empobrecimento da classe subalterna, investimentos em políticas sociais de compensação – com salários indiretos; para a manutenção da mão-de-obra nos centros industriais. Desmonte e articulação dos Movimentos Sociais, Organizações Populares, Sindicatos e Movimento Estudantil.

E a ação das assistentes sociais nesse período?

Após o Golpe de 1964 e até 1967, temos ainda no discurso do Serviço Social a presença da linguagem do nacional-desenvolvimentismo. As experiências mais comprometidas se desarticulam. Continua a postura de que é preciso reformas, mas não estruturais. Nesse período e a partir de 1968, o Serviço Social assume um caráter assistencialista, apesar de todo “rigor técnico e científico”. Através da inserção na Política Social do Governo assumem o compromisso da classe dominante. O projeto de desenvolvimento é de dependência. Para que o sistema funcione, é preciso integrar toda a população no projeto governamental. E os assistentes sociais o farão, a partir de 1968, participando da execução da Política Social que tem como função, no dizer de Safira: “de eliminar os obstáculos ao crescimento econômico – tais como a resistência cultural às inovações – à criação de condições imprescindíveis à eficácia do mesmo”. Ela tem a função de fazer a economia funcionar dentro dos padrões capitalistas. Em 1967, tivemos a realização do Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá. É ao mesmo tempo a presença do desenvolvimentismo e o início de uma nova fase: da reconceituação que se faz necessária, para que pudesse adequar o Serviço Social ao contexto econômico, político e social da sociedade nacional. (AGUIAR, 1995: p. 109)

O Movimento de Reconceituação, como apontado por Aguiar, nos anos de 1960, inicialmente com o encontro latino americano em 1965 em Porto Alegre e em 1967, com um Seminário em Araxá e vale salientar, que não é um processo que ocorre de maneira contínua e linear. Tendo alguns impedimentos tais como o regime ditatorial militar e a postura conservadora da profissão.

O Movimento de Reconceituação no Brasil sob a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano, principalmente dos países do Chile, Argentina, Peru e Uruguai. A Reconceituação tem como proposta a ruptura com o Serviço Social Tradicional; ela segundo Faleiros “*se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações de estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora*” (FALEIROS, 1987: p. 51).

O cenário na América Latina nesse momento está marcado por acontecimentos que favoreciam ao descontentamento dos trabalhadores sociais:

Nos anos 60, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como 'bombeiros', chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo. (FALEIROS, 1981, p.117).

O importante é visualizar que o Movimento de Reconceituação “não é como um movimento isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano.” (FALEIROS, 1987: p. 51).

No Brasil a reconceituação, inicia como já mencionado com o Encontro de Assistentes Sociais, ocorrido na cidade de Araxá – MG, em 1967, “*uma tentativa significativa, de maneira conjunta e intencional, de estudar e teorizar a Metodologia do Serviço Social.*” (AGUIAR, 1995: p. 110). No momento, havia um entendimento da necessidade em ‘teorizar a ação profissional’ dos assistentes sociais diante as exigências do desenvolvimento econômico.

Entretanto, o resultado não significou uma ‘revolução’ no desenvolvimento da atuação profissional. Após o encontro de Araxá, outros encontros foram realizados pela categoria para a discussão da necessidade de ‘teorização’ da metodologia do Serviço Social brasileiro.

Em 1970 acontece o Seminário de Teresópolis – RJ, organizado também pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), com o propósito de teorizar sobre a profissão. O resultado do seminário baseou-se ainda, nas teorias positivistas, apoiadas em parâmetros da racionalidade calculista, sobrepondo cálculos de custos e benefícios, a atuação do profissional será ainda alicerçada numa ação “remodernizadora” dessas teorias positivistas.

Em 1978, acontece o encontro de Sumaré – SP, com os mesmos propósitos dos encontros anteriores; o documento elaborado nesse encontro tem a perspectiva fenomenológica, de um Serviço Social que visa o conhecimento das perspectivas humanas, considerado um importante fundamento para o profissional, uma vez que, a prática visa à compreensão do indivíduo e sua família.

Os encontros que aconteceram no Brasil até 1978 não estabelecem nenhuma ruptura com o Serviço Social tradicional e positivista, há afirmações de pesquisadores de um Serviço Social ‘neopositivista’.

Em 1979 ocorre o III Congresso Brasileiro de Serviço Social, em que os convidados oficiais do governo para a composição da mesa de abertura dos trabalhos são substituídos por representantes dos trabalhadores e pelos movimentos representativos da sociedade.

Somente “nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu o desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constitui a partir do espírito próprio da Reconceituação” (NETTO, 2005: p. 17)

O método BH – resultado da experiência vivenciada pelos docentes da Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte – MG –, pode se afirmar contundentemente; é o primeiro projeto para a profissão que pretendia romper com o Serviço Social Tradicional do ponto de vista teórico-metodológico, interventivo e formativo. É com o método BH, que os profissionais do Serviço Social brasileiro iniciam o contato com o que Netto considera o ‘Marxismo Vulgar’, ou ‘Marxismo sem Marx’ – um marxismo sob a influência estruturalista, sobretudo de Althusser.

O Serviço Social crítico com interlocução efetiva com as obras de Marx se inicia com Marilda Iamamoto em 1982. “A partir da adoção do marxismo como referência analítica, torna-se hegemônica no Serviço Social a abordagem do Serviço Social como totalidade social que participa do processo das relações contraditórias da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 1982; apud: YAZBEK, MARTINELLI e RAICHELLIS, 2008 p: 19).

A partir disso afirma “que a instituição do Serviço Social é produto ou “reflexo” da realidade social mais abrangente, expressa apenas no ângulo da questão, se considerando isoladamente.” (IAMAMOTO, 2007: p. 15).

O Serviço Social brasileiro na década de 1980 está nitidamente consolidado academicamente, com a apropriação intelectual do debate contemporâneo no que tange as Ciências Sociais do país e do exterior. Nesse período “*para o Serviço Social brasileiro demandas, particularmente na pós-graduação, de instituições portuguesas e latino-americanas (Argentina, Uruguai, Chile), o que vem ampliando a influência do pensamento profissional brasileiro nestes países.*” (YAZBEK, MARTINELLI e RAICHELLIS, 2008 p: 21).

Os anos de 1980 e 1990 são anos de maturação e aperfeiçoamento do Serviço Social brasileiro expressando consideráveis rupturas com o Serviço Social

tradicional e conservador, entretanto não podemos afirmar que o Serviço Social rompeu totalmente com as práticas conservadoras.

Nos anos de 1990, o Serviço Social inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, no processo contraditório de reprodução das relações sociais se confronta com novas demandas na perspectiva de atender às expressões e manifestações da questão social naquele contexto, caracterizado pela precarização do trabalho. No processo de enfrentamento de novas “*temáticas, novos (e os de sempre) sujeitos sociais e questões como o desemprego estrutural, os sem-terra e os sem-teto, (...) e outras tantas questões temáticas relativas à exclusão.*” (YAZBEK, MARTINELLI e RAICHELLIS, 2008 p: 23).

O cenário atual para o Serviço Social, na efetivação e realização de uma análise conjuntural supõe: “enfrentar um contexto contraditório, caracterizado por mudanças aceleradas, por sociabilidade e “novas” políticas, onde a “surpresa” é inscrever-se ainda na agenda neoliberal o que se pretendia alternativo.” (YAZBEK, MARTINELLI e RAICHELLIS, 2008 p: 25).

O assistente social está inserido hoje em um amplo campo de expressões da questão social – resultado das atuais transformações nas relações entre capital e trabalho – que exigirá do profissional, trabalhador assalariado (que para a sobrevivência também vende sua força de trabalho) competências e habilidades das questões teóricas-metodológicas, para a intervenção prática, tomando o cuidado de não ‘retroceder’ a ação profissional com posturas conservadoras, positivistas de adequação da sociedade no favorecimento do desenvolvimento do capital.

1.1. O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

Para uma análise acerca da atuação profissional na execução das políticas sociais se faz necessário uma compreensão da política social no mundo. E como o desenvolvimento mundial pode influenciar no planejamento e na execução das políticas sociais no Brasil. Como afirma Behring e Boschetti pode se observar que:

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do

capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX (Pierson, 1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945). (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 47)

As ações realizadas, no âmbito das protoformas das políticas sociais tinham o intuito de manter a ordem social com ações punitivas aos que não possuíam trabalho, forçando essas pessoas a se inserirem no mercado de trabalho. As ações eram mediatizadas por legislações que estabeleciam um “código coercitivo do trabalhador” (Castel, 1998: 176; *apud*: BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 48).

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecidos) e pobres “não merecedores” (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). Aos primeiros, merecedores de “auxílio”, era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretense dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentava na perspectiva do direito. Nas interpretações de Polanyi, (2000) e Castel (1998), a principal função dessas legislações era impedir a mobilidade do trabalhador e assim manter a organização tradicional do trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 49).

Ações assistencialistas e pontuais executadas não como direito e sim uma caridade. Tal diretriz de execução acontece em todo o mundo e muitas das ações são identificadas como protoformas para o desenvolvimento e para a implantação das políticas sociais.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento - em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 51- 52)

Todas e quaisquer Ações do Campo Social implantadas nesse período pré-capitalista eram imediatistas e liberais no favorecimento da ordem social burguesa capitalista. Como por exemplo, a nova lei dos pobres²³ “de 1834, já no

23 Anterior a Lei dos pobres de 1834, havia a lei dos pobres elisabetanas, entre 1531 e 1601, que estabelecia um conjunto de ações e regulamentações sociais assumidas pelo Estado a partir da

contexto de irrupção da Revolução Industrial, ao contrário das demais, tinha o sentido de liberar a mão de obra necessária à instituição da sociedade de mercado” (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 48) e a lei de *Speenhamland*.

A lei *Speenhamland*, instituída em 1795, difere das anteriores, pois tinha um caráter menos repressor. Ela estabelecia o pagamento de um abono financeiro, em complementação aos salários, cujo valor se baseava no preço do pão. Diferentemente das leis dos pobres, a *Speenhamland* garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento, e exigia como contrapartida a fixação do trabalhador, pois proibia a mobilidade geográfica da mão-de-obra (Castel, 1998:178). Embora o montante fosse irrisório, era um direito assegurado em lei. (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 49)

O cenário da política social terá alterações, nos fins do séc. XIX e início do séc. XX. Com o crescimento do movimento operário e a emergência do proletariado no cenário público e político que se iniciou com a luta pelo estabelecimento de uma jornada de trabalho, pois até aquele momento os trabalhadores eram explorados durante horas nos centros industriais e com pequenos intervalos de descanso²⁴.

Partindo dessa conquista, os trabalhadores iniciam reivindicações de atendimentos às necessidades profissionais, pessoais e familiares da classe trabalhadora; como por exemplo, proteção para evitar acidentes de trabalho, atendimentos de saúde e assistência social aos trabalhadores e seus familiares. Forçando o Estado a assumir um posicionamento de regulador das relações sociais, que será par o Estado *“uma espécie de mal necessário na perspectiva do liberalismo, resume-se a fornecer base legal com a qual o mercado pode maximizar os “benefícios do homem”*”. (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p. 49)

Com a crise de 1929/1932²⁵ ocorreu uma mudança substantiva nas políticas sociais que vai exigir a intervenção do Estado para a regulamentação da

constatação de que a caridade cristã não conteria as possíveis desordens ocasionadas pela transposição do modo de produção feudal para o capitalista. As legislações eram permeadas pelo imperativo do trabalho, a proibição da mendicância, a separação dos pobres “merecedores” (os inválidos e os nobres empobrecidos) dos pobres “não merecedores” (vagabundos), no controle e punição dos vagabundos; e na inserção dos pobres aptos para as “workhouses”, casas de trabalho, isto é, receberiam atendimentos os pobres que trabalhassem, os benefícios era baseados na troca pelo trabalho.

24 A efeito de ilustração das lutas proletárias assista ao filme: *La classe operaria va in paradiso*; Gênero: Drama; País de origem/ano: Itália/1971; Duração: 126 minutos. Direção: Elio Petri.

25 Crise do sistema do capital financeiro que teve início no EUA e que afetou todo o mundo, ha teóricos que afirmam ser essa a primeira crise do modo de produção capitalista.

crise que atingia toda a sociedade, pois os impactos dela foram muitos grandes causando um caos econômico no mundo todo.

A intervenção do governo inglês consolida-se a partir do Plano Beveridge que a partir de um pacto entre as classes (burguesa e trabalhadora), constituiu o Welfare State.

Afinal o que veio a ser o Welfare State? Gosta Esping-Andersen²⁶ traz para a seguinte reflexão: duas questões norteiam a maioria dos debates sobre o *welfare state*. Primeira: a distinção de classe diminui com a extensão da cidadania social? Em outras palavras o *welfare state* pode transformar fundamentalmente a sociedade capitalista? Segunda: quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do *welfare state*?

Essas questões não são recentes. Na verdade, foram formuladas pelos economistas políticos do século XIX, cem anos antes de ser poder dizer com propriedade que já existia um welfare state. Os economistas políticos clássicos – de convicções liberais, conservadoras ou marxistas – preocupavam-se com o relacionamento entre capitalismo e bem-estar social. É evidente que deram respostas diferentes (e, em geral, normativas), mas suas análises convergiam para o relacionamento entre mercado (e propriedade) e Estado (democracia). (Gosta Esping-Andersen, p. 1).²⁷

No Brasil as ações sociais não serão diferentes, embora o país nunca tenha alcançado a institucionalidade de um Estado de Bem Estar Social (Welfare State). O Serviço Social instituído como profissão, como vimos anteriormente, encontrará campo de trabalho nas primeiras instituições públicas voltadas ao enfrentamento da questão social, como por exemplo, o Serviço Social do Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, mesmo antes da fundação da primeira escola de Serviço Social, já existia uma parceria significativa com o Estado para a realização do trabalho social doutrinário.

O reconhecimento do Serviço Social como afirma Iamamoto, se faz num cenário “tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (IAMAMOTO, 2007: p. 77). Em que as condições de vida dos trabalhadores são de precarização devido à exploração de sua mão-de-obra, iniciando um ciclo de exigências e reivindicações, por parte dos trabalhadores, para

26 Texto utilizado na disciplina Assistência Social – Política e Gestão II – tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Segundo semestre de curso do mestrado – agosto de 2008.

27 Vide nota 17.

que o Estado assuma o atendimento para 'aliviar' as conseqüências da exploração da mão-de-obra operária.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específica, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. O Estado busca enfrentar, também através de medidas e na implementação dos serviços sociais, o processo da pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital. (IAMAMOTO, 2007: p. 77-78).

Com a postura adotada pelo Estado de gerir a organização e a prestação de serviços sociais, será necessário um contingente de mão-de-obra para o desenvolvimento das ações sociais do Estado, e com isso, *“o Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, estreitamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil”* (IAMAMOTO, 2007: p. 79).

Os serviços sociais e as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, como resposta da reivindicação da classe trabalhadora consistirão em atendimentos na área da assistência social, saúde, habitação, educação, alimentação, *“subordinadas às estratégias político-ecomômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital.”* (IAMAMOTO, 2007: p. 100).

Os assistentes sociais terão papéis fundamentais na formulação das políticas sociais e na execução dos serviços prestados pelo Estado. A atuação do assistente social se fundamentará na consolidação das estratégias do Estado, como o controle social, a sustentabilidade para o desenvolvimento capitalista industrial e a manutenção do exército industrial de reserva. Pode-se afirmar que o Serviço Social aparece *“como um instrumento auxiliar e subsidiário, ao lado de outros de maior eficácia política e mais ampla abrangência, na concretização desses requisitos básicos para a continuidade da organização social vigente.”* (IAMAMOTO, 2007: p. 105).

Como vimos a política social mundial passa por transformações, com a industrialização, reconhecendo as necessidades exigidas pelos trabalhadores e seus

familiares como direito; e no Brasil como ficou? *“Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda mantendo suas características essenciais”*. (Behring e Boschetti, 2006: p. 71).

Sendo o assistente social chamado à execução e a prestação dos serviços sociais assistencialistas, elaborados pelo Estado, os profissionais com a necessidade de uma qualificação e de teorizar metodologicamente sua ação vão à busca de novos conhecimentos e discussões. Como vimos anteriormente o processo do movimento de reconceitualização, faz com que os assistentes sociais, sobretudo nos finais da década de 1970, assumam uma postura de *“reflexão mais sofisticada sobre a realidade brasileira e a criação de identidades políticas com “os de baixo”, que assumiam uma nova posição no cenário político.”* (BEHRING e BOSCHETTI, 2006: p 15).

O contexto histórico brasileiro e mundial das políticas sociais foram fundamentais, para a construção e determinação dos rumos da política social brasileira, o marco para sua consolidação vai ocorrer nos finais do séc. XX conforme afirma Sposati:

O Brasil dentre outros países latino-americanos só reconhece os direitos sociais e humanos no último quartil do século XX após lutas sangrentas contra ditaduras militares que, embora empregando a ideologia nacionalista – ou o modelo desenvolvimentista de Estado - Nação – não praticavam (ou praticam) a universalidade da cidadania. (SPOSATI, 2002: p. 1).

No Brasil, os direitos sociais e conseqüentemente as políticas sociais tais como a saúde, a assistência Social e a previdência social – tripé da seguridade social – são reconhecidas tardiamente com a aprovação da constituição federal de 1988. Isso não significa que a ação Estatal, com o reconhecimento dos direitos sociais, vai alterar radicalmente suas ações na execução das políticas sociais. Mas para o Serviço Social abre-se o caminho e a possibilidade de intervir na construção de direitos sociais.

O Estado manterá planejamentos e ações de políticas fragmentadas e focalistas, não possuindo uma integralidade das ações nem uma relação de referência e contra-referência das ações desenvolvidas nos seguimentos existentes. Muitas vezes uma família era atendida, por diferentes entidades e pelo Estado sem que os profissionais das diferentes áreas se comunicassem.

O reconhecimento da seguridade social nesse momento é a tentativa de chegar ao Estado de Bem Estar Social, que podemos afirmar que não segue o modelo beveridgiano²⁸ inglês e tão pouco, o modelo alemão bismarckiano²⁹.

O modelo de seguridade social no Brasil é resultado de uma mescla dos dois sistemas, quando assume na seguridade um tripé composto por direitos contributivos e não contributivos. Por exemplo, a previdência social é um direito restritivo aos trabalhadores contribuintes ao Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) – que no passado realizavam as contribuições às caixas de previdência da categoria, que passou a ser o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); diferentemente da Saúde estabelecida como direito de todos independente de contribuições e da Assistência Social para “ao que dela necessitar”.

O tripé da Seguridade Social é consolidado nos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que dá as disposições gerais da seguridade social, seus objetivos e maneiras de seu financiamento. Os artigos 196 ao 204 da C.F/1988 indicará o funcionamento e as diretrizes de cada política componente do tripé da seguridade social.

Como explicitado as políticas sociais são regulamentadas pela CF, mas a efetivação dos segmentos da seguridade social não ocorre de forma homogenia.

A política de saúde, desde sua regulamentação é entendida como uma política social pública para atendimento de todos os cidadãos brasileiros. A promoção dos serviços da saúde, funcionamento e organização se constitui com a aprovação da lei 8.080 de 1990 instituindo o Sistema Único de Saúde – SUS.

28 Sistema de Seguridade Social regulamentado pelas relações econômicas e sociais sob o padrão keynesiano e fordista, é formulado na Inglaterra, durante a II Guerra Mundial, “que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a institucionalização do Welfare State. No sistema Beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condição de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal”(BOSCHETTI, 2009: p. 325)

29 Modelo de Benefícios Previdenciários formulados na Alemanha em 1883, no “Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados. (BOSCHETTI, 2009: p. 324 - 325)

A previdência Social terá sua organização através da lei 8.213 de 1991 que traçará os seus princípios, diretrizes, cálculos dos benefícios, formas de contribuição, todos os argumentos favoráveis para a sua efetivação e funcionamento.

A consolidação da Constituição Federal de 1988 pode ser considerada como um período de retrocesso ao desenvolvimento das políticas sociais, em função do avanços das idéias neoliberais, porque ao mesmo tempo que regulamenta a seguridade como um tripé envolvendo: a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social, passa à família e à sociedade civil, responsabilidades anteriormente assumidas pelo Estado.

A não regulamentação da Assistência Social, não acontece com a brevidade das outras políticas após a sanção da Constituição Federal, como a Saúde e a Previdência Social. A Assistência Social resultará do engajamento de uma parcela significativa de assistentes sociais para a efetivação como um direito. É importante ressaltar o comprometimento assumido pela categoria após o “Movimento de Reconceituação” de defender os direitos da população explorada pelo modo de produção capitalista, a classe subalternizada, segundo caracterização de Yazbek.

O envolvimento do contingente de assistentes sociais para efetivação do direito também ocorre porque a assistência é um dos setores estatais de maior concentração da categoria.

Entretanto, a política de assistência terá um capítulo específico para trabalharmos e aprofundarmos desde as primeiras práticas assistencialistas e assistenciais até as ações atuais com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social de 2004, a implantação e efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o trabalho com famílias nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

CAPÍTULO II - PROCESSOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

2.1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

As ações assistenciais, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, foram assumidas por assistentes sociais a partir do momento em que o Estado assume a 'regulamentação e o controle da questão social', para exercer tal função ele cria instituições e órgãos públicos no campo das políticas sociais.

Anteriormente as ações assistenciais existentes desenvolviam-se em obras sociais que previam atendimento às crianças abandonadas nas rodas³⁰ e aos delinquentes³¹.

Em 1931 foi criada a Caixa de Subvenções no Ministério da Justiça, substituída em 1938 pelo Conselho Nacional de Serviço Social na burocracia do Estado Republicano, "(...) ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações sociais que prestam amparo social" (Mestriner, 2001: 66-67).

A criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS deu-se pelo Decreto Lei nº 525/38, que favoreceu a aliança do Estado com a sociedade civil, conforme afirma Gomes:

O CNSS primou sua atuação pelo controle da filantropia privada, avaliando os pedidos de subvenções ordinárias e extraordinárias, corroborada depois pelo Ministério da Educação e Saúde, cabendo ao Presidente da República estipular a quantia subsidiada. (GOMES, 2008: p. 48)

Em 1942, cria-se com o apoio do governo federal e sob o comando da primeira dama, a senhora Darcy Vargas a Legião Brasileira de Assistência – LBA (aqui surge a ligação da assistência social ao primeiro damismo). A LBA quando

30 "As rodas" foi uma ação instituída no Brasil, pelas Santas Casas de Misericórdias para o recebimento das crianças que eram abandonadas pelos seus familiares, ficou conhecida como a "roda dos expostos". Essas rodas recebiam os recém nascidos sem nenhuma identificação do entregador, as crianças abandonadas eram criadas e educadas pelas Santas Casas, até uma possível adoção ou até sua maioridade.

31 Termo referente à criança e ao adolescente em ato infracional no período até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1993.

criada tinha como propósito atender as famílias dos combatentes da II Guerra Mundial, trabalhava com campanhas de entretenimento às famílias dos combatentes, realizava os serviços de correspondências, campanhas de agasalhos, cigarros, alimentos e até constituiu uma horta com o auxílio do Ministério da Agricultura, como estratégia facilitadora de produção de alimento³².

Com o fim da II Guerra Mundial, a LBA passa a atender às famílias, que vão apresentar demandas expressivas da questão social. Tais como:

- Prestar assistência médica em todas as modalidades às pessoas necessitadas;
- Favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou econômicas desajustadas;
- Contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e de habitação;
- Incentivar a educação popular, inclusive cooperando na criação e desenvolvimento de escolas, bibliotecas e outras instituições educativas;
- Desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores e promover o aproveitamento racional do lazer, principalmente estimulando a organização de centros de recreação e cultura, além de realizar inquéritos, pesquisas e estudos sobre matérias destinadas ao progresso do Serviço Social no Brasil. (GOMES, 2008: p. 52)

A reestruturação pós-guerra da LBA é conduzida pelo Dr. Otávio da Rocha Miranda, na gestão do presidente Dutra, com finalidade de prestação da assistência à maternidade e à infância, com centralidade na família, disseminando o trabalho por todo o país e reformulando o seu Estatuto inicial. A LBA ressurgiu como grande protagonista no combate à miséria com perspectivas de controle da sociedade no âmbito do trabalho de proteção às famílias.

Em 1951, com o retorno do Presidente Getúlio Vargas à presidência da República, a senhora Darcy Vargas retoma as atividades da LBA revigorando em 1952 o programa do voluntariado, *“sob o comando da assistente social Léa Leal, que colaborou muito com a primeira-dama, no envolvimento das mulheres dos ministros de Estado e de outras de grande representação sociopolítica no país.”* (GOMES, 2008: p. 118). Cria-se uma corrente voluntarista e benemerente que até

32 Ver análise mais aprofundada em Gomes, Maria do Rosário Corrêa de Salles, *Nacionalização da Política de Assistência Social e Governos Estaduais no Brasil: o caso do Estado de São Paulo*. Tese de doutorado, 2008.

os dias de hoje interfere nas ações de Assistência Social, principalmente nos municípios de pequeno porte³³.

Ainda em 1951, o presidente Getúlio Vargas, organiza a Comissão de Bem-Estar Social (CBES), “Com o objetivo de orientar os diversos serviços ligados ao bem-estar das populações (Boletim LBA c, 1951). Sob a presidência do Ministério do Trabalho, Segadas Viana, seus membros reuniram-se em novembro daquele ano, tendo como representante Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio e Darcy Vargas. (GOMES, 2008: p. 119).

Em 1957, a primeira dama Sara Kubitschek, esposa do então presidente da república Juscelino Kubitschek, cria a Fundação das Pioneiras Sociais, uma fundação pública que implantou a “Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação”.

Em 1964, instala-se o golpe militar no Brasil, em que o país viverá anos sob o regime ditatorial e militar. Os anos da ditadura serão anos de repressão “às pessoas e grupos supostamente contrários à nova ordem política disseminou-se rapidamente, instalando a perseguição e a tortura como recursos velados e corriqueiros.” (GOMES, 2008 p: 134).

No ano de 1966, a LBA passa por modificações significativas, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) das diversas categorias de trabalho se unem em um único órgão previdenciário, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Entretanto, a unificação dos IAPs reduziu consideravelmente os donativos para a LBA, que de 1946 a 1966, “foi sustentada basicamente por recursos provenientes dos IAPs, complementada por donativos vindos da iniciativa privada e de contribuições complementares das esferas estadual e municipal.” (GOMES, 2008: p. 140).

Com a redução dos donativos para a instituição, resultou em 1967, mudanças significativas no estatuto da LBA, que nesse momento está sob a coordenação da assistente social Maria Luiza Muniz de Aragão, “ocasião em que migrou do Departamento Nacional da Criança para o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). À assistência à maternidade, infância e adolescência foi incorporada à finalidade de formação para o trabalho da mulher e do “menor”. (GOMES, 2008: p. 141)

33 Pela Política Nacional de Assistência Social de 2004, município de pequeno porte I possui população de até 20.000 habitantes; e pequeno porte II: de 20.001a 50.000 habitantes. Os municípios de Pequeno Porte I e II equivalem a 73% dos municípios brasileiros.

Em 1968, a senhora Yolanda Barbosa Costa e Silva, esposa do então presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, assume a presidência da LBA, órgão de caráter nacional, que contava com uma estrutura descentralizada e com 26 unidades de atendimentos estaduais e territoriais. Em 1969, o Presidente da República assina o decreto para a criação da loteria esportiva, outorgando 40% da renda líquida para a instituição, mas sua efetivação acontece somente em 1970.

Mesmo com o afastamento do Presidente Costa e Silva da Presidência da República, a senhora Yolanda Barbosa Costa e Silva permanece na presidência da Instituição.

No ano de 1969, com o decreto-lei nº 593³⁴ que transforma a LBA em Fundação da Legião Brasileira de Assistência – FLBA, dotada de maior autonomia, ainda que, subordinada ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), preserva a natureza fundante de assistência à maternidade, infância e adolescência. *“Os programas de assistência em geral continuaram disciplinados pelo convênio ou contrato com outros órgãos e organizações da sociedade prestadores de serviços assemelhados.”* (GOMES, 2008: p. 143)

Em 1974, cria-se o Ministério da Previdência e Assistência Social para a gestão nacional da previdência social, que era gestada pelo Ministério do Trabalho. Na organização do novo Ministério cria-se a Secretária de Assistência Social – SAS, contudo às ações assistenciais permanecerão com a Legião Brasileira de Assistência Social.

Em 1985, com o fim do ciclo da Ditadura Militar, a conjuntura é caracterizada por aspectos importantes como o acirramento da crise econômica e a ampliação da abertura política.

O presidente José Sarney, 55, extinguirá a Secretaria Particular de Assuntos Especiais da Presidência da República e indicará seu ocupante, Marcos Vilaça, 45, para presidente da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Como principal órgão de ação social do Governo, a LBA se transformará na executora da Secretária Especial de Ação Comunitária, que também será comandada por Vilaça.

Amanhã, Marcos Vilaça entrega ao presidente José Sarney a minuta de criação da nova secretaria especial, que se tornará o embrião do futuro Ministério de Ação Social do Governo. O presidente Sarney pretende, com isso, ocupar espaços da Igreja e entidades filantrópicas, que vêm trabalhando junto às camadas mais pobres da população.

34 DECRETO-LEI Nº 593, DE 27 DE MAIO DE 1969, Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência.

Num processo gradual a nova secretaria irá agregando outras entidades da LBA, como a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e o Projeto Rondon. A LBA, de todos estes órgãos de assistência social é o que tem a estrutura mais sólida.

Dispõe de um orçamento de CR\$ seiscentos bilhões e representação em quase todos os Estados brasileiros. (Folha de São Paulo, 9/07/1985, p.4; *apud* SPOSATI, BONETTI, YAZBEK e FALCÃO, 2003: p. 13).

A Assistência Social até finais dos anos 1980 se caracterizará como uma política de governo e não como uma política pública de Estado. O reconhecimento da Assistência Social como política pública e social só acontece com a aprovação da Constituição Federal de 1988, quando a partir da regulamentação dos artigos 203 e 204, em que são enfatizadas as primeiras diretrizes da assistência social enquanto política social.

Em 1990 as correntes neoliberais³⁵ assolam o mundo, chegando ao Brasil sob o comando do então Presidente da República, Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito pelo povo através do voto direto, após os anos da Ditadura Militar. Apoiado em um plano político de “Estado Mínimo”, acreditando que o desenvolvimento social seria resultado do desenvolvimento econômico, cabendo ao Estado realizar políticas que favorecessem o mercado.

Nessa perspectiva neoliberal, não há o reconhecimento da assistência social como uma política pública e a visão assistencialista proporciona o veto integral da primeira proposta de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que já havia sido aprovado em primeira instância no Congresso Nacional em setembro de 1990. Sob o argumento de que o benefício de prestação continuada não poderia ser concedido para idosos e deficientes com renda per capita de ½ salário mínimo.

Soma-se a isso, o fato da primeira dama da república Rosane Collor estar à frente da Legião Brasileira de Assistência – LBA, estando *“na rota do favorecimento da filantropia familiar, nomeando parentes em cargos de superintendência estaduais e transferindo recursos públicos para as entidades sociais pertencentes e por sua família em sua terra natal, inaugurando uma modalidade – desconhecida até então – de “nepotismo filantrópico”.* (GOMES, 2008: p. 205).

35 “Um consenso se estabeleceu em denominar “neoliberalismo” as políticas de privatização econômica e destruição das conquistas sociais implementadas na Europa desde finais da década de 70, nos EUA desde o governo Ronald Reagan, na América Latina pós-ditaduras militares, na ex-URSS e na Europa Oriental pós-“comunismo”. Citando os traços comuns dessas políticas, fala-se em ofensiva neoliberal.” (COGGIOLA, 1996: p. 195)

Com os escândalos da administração Collor na LBA, os trabalhadores da fundação juntam-se aos movimentos sociais e aos profissionais envolvidos na defesa do trabalho social principalmente os assistentes sociais. Os profissionais de Serviço Social adotam uma postura coerente com o novo projeto ético-político profissional, isto é, de trabalhar para a garantia e efetivação dos direitos sociais, conseqüentemente lutam pela aprovação da LOAS. Conforme Sposati:

Os movimentos pró-assistência social passam a ser articulados com a presença de órgãos da categoria dos assistentes sociais que, através do então CNAS e CEFAS – hoje CRESS e CFESS – vão se movimentar com a ANASSELBA, Frente Nacional de Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, pesquisadores de várias universidades pleiteando a regulamentação da assistência social. (SPOSATI, 2005, p. 46)

Em 1991, as discussões sobre a LOAS retornam ao cenário político brasileiro com a retomada do projeto inicial de 1990 elaborado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais da Universidade de Brasília (NEPPOS/UNB). O projeto de lei é objeto de aperfeiçoamento, para novamente ir ao senado para a aprovação, agora contando com a participação dos órgãos de representação do Serviço Social (CFESS /ABEPSS) e o órgão de representação dos trabalhadores da LBA (ANASSELBA). E nesse mesmo ano foi realizado em Brasília o Seminário sobre a Assistência Social: Impasses e perspectivas da Assistência Social no Brasil.

Os movimentos sociais e a população cívica brasileira, em 1992, cansados dos escândalos Collor, se voltam a uma única luta o *impeachment* do Presidente da República. O povo sai às ruas, os jovens estudantes universitários unem-se à luta e saem às ruas para o protesto, são os chamados “caras pintadas”, em 29 de dezembro de 1992 Collor perde sua condição de Presidente da República, Itamar Franco como vice-presidente assume o mandato.

Inicia-se 1993, o movimento pró regulamentação da LOAS, por meio de pressão, faz com que o Ministro Juthay Magalhães, que após o impeachment assumiu o Ministério de Bem-Estar Social, envie ao Presidente da República o projeto de regulamentação da Assistência Social.

No segundo semestre de 1993, o Presidente Itamar Franco envia à Câmara Federal em regime de urgência o projeto lei. Os movimentos pró-regulamentação, principalmente o da categoria dos assistentes sociais, hoje CFESS,

ABEPSS e CRESS, formula uma “*comissão interlocutora composta por Laura Lemos Duarte, Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, Aldaíza Spostati, Rosângela Batistobe, Ana Lúgia Gomes.*”(SPOSATI, 2005: p. 58).

Em setembro do mesmo ano, realiza-se na câmara federal a “Conferência Zero da Assistência Social”, em que foi debatido artigo por artigo do projeto lei, com a presença de parlamentares e dos movimentos pró-regulamentação. “*Foi uma luta onde alguns significativos anéis se foram*” (SPOSATI, 2005: p. 63), como o corte de renda per capita, para a cessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, que na proposta era de ½ salário mínimo, e que foi reduzido para ¼ do salário mínimo.

Em síntese a luta para a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) se deu por cinco anos, ou seja, desde a publicação da carta magna nacional em 1988, até 07 de dezembro de 1993, sendo finalmente sancionada pelo presidente da república Itamar Franco. Nessa luta, o forte protagonismo dos assistentes sociais brasileiros como uma presença bastante qualificada.

[...] tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Nesse sentido, pode-se afirmar que a LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitarem. A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo. Marcada, portanto, pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (Yazbek, 2004:13)

Em 1995, assume a presidência da República Fernando Henrique Cardoso – FHC, e em seu governo ocorre a dissolução da LBA, um fator favorável para o avanço da LOAS. O que não estava nos planos das categorias representativas e das entidades sociais, que lutam pela efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social, era a fundação do Programa Comunidade Solidária, que é administrado e coordenado pela primeira dama da república Rute Cardoso:

A estratégia institucional do Governo FHC em dissolver a antiga LBA era desejável, mas não era, contudo: a truculência com que seu acervo/memória/conhecimento foi incinerado e soprado como cinza ao vento; ou sua substituição pela Comunidade Solidária; ou a extinção do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar – este, através de Betinho e do Dom Mauro Morelli vinham lutando contra a Fome no Brasil. (SPOSATI, 2005: p. 68)

FHC, com isso, em vez de avançar na regulamentação da Assistência Social como dever do Estado e direito do Cidadão vai desenvolver ações afirmativas para uma “nova relação solidária”, reafirmando conceitos conservadores e neoliberais.

O que é possível constatar é que o contexto de profundas transformações societárias resultantes das mudanças nas relações entre capital e trabalho e do avanço do neoliberalismo enquanto paradigma político e econômico globalizado vai trazer para o incipiente campo da Seguridade Social brasileira, profundos paradoxos. Pois, se de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro se insere num contexto de ajustamento a essa nova ordem capitalista internacional, marcada pelo avanço do ideário neoliberal que reconhecendo o “dever moral” de ajudar os pobres, não reconhece seus direitos sociais.

Em julho de 1995 faz-se a convocação da I Conferência Nacional de Assistência Social, realizada entre os dias 20 e 23 de novembro: *“em clima de conquista ABONG, CFESS, ANASSELBA, CUT, ANG, MNMMR, CNBB, IBASE CARITAS, FEBIEX, INESC, APAES, Confederação das Misericórdias do Brasil, Associação Nacional de Gerontologia, entre tantas organizações vão se articular através do CNAS para o triunfo da I Conferência”*. (SPOSATI, 2005: p. 69 – 70.)

As teses fundantes da LOAS são debatidas, o anúncio do sistema descentralizado e participativo, a municipalização, a renda mínima, a relação público-privado, o financiamento, o controle social. Enfim tudo é colocado à mesa. Nesta e nas II e III Conferências. Dois anos e seis meses após, os temas se repetem. São as mesmas perguntas, as mesmas indicações, e tudo continua na mesma. (SPOSATI, 2005: p. 70).

Em 1998, regula-se a primeira Política Nacional de Assistência Social, que segundo o próprio documento: “é o instrumento de gestão que transforma em ações diretas os pressupostos constitucionais e as regulamentações da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.” (BRASIL, 1998: p. 2)

O documento fundamenta-se nas revoluções tecnológicas do mercado de trabalho, reafirmando o crescente exército de reserva de trabalhadores. Afirmado a necessidade do desenvolvimento das políticas sociais articuladas que proporcione o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Esta Primeira política afirma que o Estado e a máquina pública não são capazes de assumir as demandas sociais existentes, ampliando a interlocução com a sociedade, principalmente através da ONGS, para o enfrentamento da questão social. Reafirmando um caráter assistencialista para a política de assistência social.

Criam-se nesse governo benefícios de transferências de renda como o Programa Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação, Auxílio Gás, vinculado à Assistência Social e ao Programa Bolsa Alimentação vinculado ao Ministério da Saúde.

A crise gestacional da Política de Assistência Social é acentuada com o impedimento da realização da III Conferência Nacional em 1999, ano da reeleição do Presidente da República FHC. Que por ordem presidencial proíbe e reprogramada a III Conferência Nacional para dezembro de 2001.

A batalha para a efetivação da Assistência Social não termina com a sanção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Inicia-se uma nova batalha para consolidar o que a lei estabelece já em seus primeiros artigos:

Art 1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

As lutas e batalhas foram constantes para a garantia e a efetivação dos direitos estabelecidos na LOAS. No entanto, os direcionamentos das políticas sociais terão alguns sinais de mudanças a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República; o novo governo está diante de um desafio, inverter a ordem política nacional.

No âmbito da Assistência Social o governo Lula criou o Ministério de Assistência Social (MAS) e do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e por meio de medida provisória recriou o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), através da lei nº 10683/2003. O MAS propõe um trabalho base com famílias, criando o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF.

Outra providência importante na gestão ‘Lula’ nesse primeiro governo foi a unificação dos vários programas de transferência de renda, implantando um único programa com condicionalidades para inserção e a manutenção da família no programa, o Programa Bolsa Família (PBF).

Como pode observar no cenário apresentado foram anos de pesquisas, discussões, reivindicações, intervenções, encontros, seminários e conferências municipais, estaduais e nacionais, para em 2004 aprovar a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que propõe a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) DE 2004.

Em 2004, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS é aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a segunda após a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social.

A PNAS é resultado das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, quando foram colocadas as perspectivas da materialização das diretrizes da LOAS, entendendo a Assistência Social como uma Política Social integrante do Sistema de Proteção Social Brasileiro.

A PNAS explicitará com clareza as diretrizes para a efetivação da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado apoiada com no modelo de Gestão Compartilhada, pautada no Pacto Federativo.

A PNAS estabelece a construção e a normatização de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão deverá ser descentralizado e participativo, contendo serviços, programas, projetos e benefícios com o foco no trabalho de atendimento prioritário com a família. Afirmando a necessidade da

articulação da Política de Assistência com outras políticas para o enfrentamento da questão social.

Os objetivos apresentados na PNAS são:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004: p. 27)

Os Serviços a serem prestados à população serão divididos em: serviços de proteção social básica e proteção social especial, definindo o trabalho de proteção social básica aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o trabalho de proteção social especial aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.[...] Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.(PNAS, 2004: 28 e 29).

O trabalho do CRAS proposto pela PNAS se dá na diretriz de um trabalho preventivo e incentivador da Inclusão Social. O trabalho dos profissionais da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social serão os serviços básicos que poderão ser executados de forma direta e/ou indireta, através de organizações de assistência social na área de abrangência do CRAS. Portanto, o trabalho dos profissionais técnicos do CRAS será determinado por territórios, facilitando o acesso dos usuários aos equipamentos e da equipe técnica no contato com essas famílias. Possibilitando um trabalho direcionado e articulado com a realidade apresentada em cada município que, por sua vez, poderá direcionar a atuação de acordo com a realidade e a demanda de cada território/bairro específico.

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2003)

O desafio da Política Nacional de Assistência Social e da equipe técnica em seus territórios é, primeiramente, fazer com que a população reconheça os CRAS como um serviço público prestado, quebrando a herança assistencialista que vigora na política. A Assistência Social se efetiva inicialmente na *“matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato das classes subalternas.”* (YAZBEK, 2006)

Os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) por sua vez deverão trabalhar prioritariamente com a reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, sendo assim:

No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos.[...] A proteção social especial é modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (PNAS:2004;31).

Nota-se nas citações da PNAS que o trabalho a ser realizado nos centros de referência, tanto de proteção social básica como no de proteção social especial terá como foco a família, que propõe o trabalho focalizado na Matricialidade Sociofamiliar. Assim, a PNAS deverá apresentar:

[...] ênfase ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (PNAS, 2004, p. 35)

Um trabalho que deverá ser executado por técnicos capacitados para o desenvolvimento das atividades e serviços com famílias, que na Normativa Operacional Básica (NOB) de Recursos Humanos (RH) – NOB/RH estabelece que o Centro de Referência de acordo com seu porte e sua demanda, deve conter no mínimo um profissional do Serviço Social, um Psicólogo e um Administrativo.

Segundo Sposati, os serviços de Proteção Social devem promover um conjunto de seguranças sociais que cubram, reduzam ou previnam riscos e vulnerabilidades sociais, bem como necessidades individuais e familiares emergentes das transformações societárias.

A PNAS garante como segurança:

Segurança de Acolhida: Provida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para a realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições de risco, bem como a oferta de uma rede de serviços locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média ou longa duração;

Segurança Social de Renda: É complementar à política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financiamentos sob determinadas circunstâncias, com presença ou não de contrato de compromissos; e por meio da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de seguridade social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

Segurança de Convívio: Realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários. A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que possa se concretizar, não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos;

A Segurança de desenvolvimento da Autonomia: exige ações profissionais que visem o desenvolvimento de capacidades e habilidades para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercitar escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal, superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político. O mais adequado seria referir-se a *processos de autonomização*, considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas nas certezas de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados;

A Segurança de benefícios materiais ou em pecúnia: garantia de acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias expostas a riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública. (BRASIL, 2008: p. 46-47).

Em 2005 aprova-se a Normativa Operacional Básica (NOB) do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) – NOB/SUAS, a partir das afirmações e fundamentações da PNAS que em seu texto original determinará que:

A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

A proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípios:

- a matricialidade sociofamiliar;
- territorialização;
- a proteção pró-ativa;
- integração à seguridade social;
- integração às políticas sociais e econômicas.

A proteção social de Assistência Social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por garantias:

- a segurança de acolhida;
- a segurança social de renda;
- a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social;
- a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar significa que:

- a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento *per capita* e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

Conseqüentemente o financiamento da Política de Assistência Social é determinado pela PNAS, com repasses de fundo a fundo, isto é, o repasse das verbas para a efetivação dos serviços a serem executados pelos municípios será realizado diretamente do Fundo Nacional da Assistência Social, para os Fundos Municipais da Assistência Social, rompendo com a lógica convencional, instalando o co-financiamento. Afirmando a proposta da PNAS de uma gestão democrática, participativa, transparente, descentralizada e de controle social

A gestão das transferências de fundo a fundo será de responsabilidade das três esferas de governo, cabendo aos respectivos conselhos municipais, estaduais e nacionais a fiscalização.

A PNAS de 2004 exige a participação efetiva da população usuária na gestão e organização dos serviços prestados, através de suas representatividades nos conselhos de Assistência Social, em suas respectivas esferas de governo.

Outro fator de importante destaque na PNAS/2004 é a Política de Recursos Humanos, que tem como perspectiva a formação de quadros operadores do SUAS, com qualificação e treinamentos. Sendo fundamental *“enfrentar o desafio de construir e consolidar o perfil desse trabalhador, que incorpore a dimensão de interesse público associado à sua função, comprometido com relações democráticas, com a afirmação de direitos e com processos emancipatórios da população”*. (BRASIL, 2008: p. 33).

Fazendo com que o profissional executor da política supere a visão assistencialista existente nas raízes históricas da política de assistência social brasileira.

2.3. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) UMA VISÃO DO VALE DO PARAÍBA.

O SUAS, é resultado das transformações políticas ocorridas a partir de 2004. A aprovação da PNAS favoreceu ao desenvolvimento da gestão da Política de Assistência descentralizada, participativa e de controle social. Consequentemente cria-se condições para um Sistema Único de Assistência Social. *“Este conjunto, sem dúvida, vem criando uma nova arquitetura institucional e ética política para a Assistência Social brasileira. A partir dessa arquitetura e das mediações que a tecem podemos efetivamente, realizar, na esfera pública, direitos concernentes à Assistência Social.”* (Yazbek, 2007:1)

O SUAS tem como fundamento principal de estruturação da Política de Assistência Social, afirmando a materialidade da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Outra questão fundamental na estruturação do SUAS é a centralidade das ações socioassistenciais no Estado, garantindo a existência e as articulações para a efetivação dos serviços sociais. Entretanto, o SUAS tem um enorme desafio, que é a

superação de todo um arcabouço histórico de serviços benemerentes e assistencialistas.

A PNAS pressupõe o conhecimento da territorialidade, e o SUAS tem como “missão”, concretizar esse pressuposto. Não é uma proposta apenas para identificar o espaço geográfico em que se deva instalar o CRAS. Tampouco, para identificar os ‘bolsões ou blocos’ de pobreza e vulnerabilidades dos municípios.

O conhecimento da territorialidade é também o reconhecer as pessoas que ali vivem: suas resistências, as contradições em que estão inseridas, as fragilidades, os anseios e perspectivas pessoais e sociais que ali se instalam. Entretanto o conhecimento do território possibilitará a identificação das expressões significativas da questão social.

Para uma análise do trabalho dos assistentes sociais com famílias nos CRAS da região do Vale do Paraíba – onde se deu a pesquisa para a construção dessa dissertação – é necessário o conhecimento de sua localização no Estado de São Paulo.

A região do Vale do Paraíba Paulista também conhecido como ‘Cone Leste Paulista’, localizada entre o eixo Rio de Janeiro e São Paulo é constituída por 38 municípios de grande importância para o desenvolvimento econômico-agrícola do país que foram fundados entre os séculos XIV e XX conforme podem observar na tabela a seguir:

Tabela 1 Ano de Criação e população dos Municípios do Vale do Paraíba Paulista

Município	Criação/Emancipação	População
Aparecida – Estância Turística	1717/1928	37.629
Arapei	1862/1991	2.582
Areias	1816/1937	3.690
Bananal – Estância Turística	1783/1849	10.822
Caçapava	1805/1855	85.181
Cachoeira Paulista	1780/1895	34.666
Campos do Jordão – Estância Climática	1874/1834	46.505
Canas	1887/1993	4.765
Cruzeiro	1778/1871	79.957
Cunha	1785/1948	23.735
Guararema	1654/1899	26.974

Município	Criação/Emancipação	População
Guaratinguetá	1630	113.357
Igaratá	1864/1954	8.950
Jacareí	1652/1849	212.824
Jambeiro	1876/1898	5.550
Lagoinha	1863/1953	4.909
Lavrinhas	1888/1944	7.002
Lorena	1705/1788	82.770
Monteiro Lobato	1850/1950	4.295
Natividade da Serra	1853/1935	7.674
Paraibuna	1666/1857	16.833
Pindamonhangaba	1643/1705	144.613
Piquete	1754/1815	14.709
Potim	1981/1991	20.668
Queluz	1800/1842	11.197
Redenção da Serra	1850/1877	4.245
Roseira	1901/1959	9.527
Salesópolis – Estância Turística	1837/1857	16.041
Santa Branca	1820/1832	13.881
Santa Isabel	1770/1832	46.902
Santo Antonio do Pinhal – Estância Climática	1785/1860	6.896
São Bento do Sapucaí – Estância Climática	1832/1876	10.966
São José do Barreiro – Estância Turística	1820/1859	4.490
São José dos Campos	1564/1767	615.871
São Luiz do Paraitinga – Estância Turística	1769/1873	10.908
Silveiras	1780/1888	5.841
Taubaté	1628/1645	273.426
Tremembé – Estância Turística	1660/1890	41.159
Total de Habitantes na Região		2.072.010

Fonte: IBGE/ valedoparaiba.com e wikipedia.org. Dados de 13 de Fevereiro de 2010

Ao analisar a fundação de cada cidade e/ou município e sua emancipação observa-se que: são cidades antigas, seis delas possuem título de Estância Turística atendendo aos critérios do governo do Estado para a concessão do Título e outras três cidades possuem o título de Estância Climática. Outro fato interessante é a formação e constituição desses municípios, todos fazem parte do desenvolvimento do ciclo cafeeiro e tropeirista do Brasil. Os municípios se constituem de maneira semelhante: fundados como vilas, pertencentes a outros municípios e depois de alguns anos ou séculos recebem a emancipação.

As origens das vilas ocorriam, em sua maioria, por iniciativa de um grande proprietário de terra que 'cedia' parte da propriedade para a construção de uma capela ou uma igreja, e aos arredores se dava a edificação das vilas, freguesias, distritos e depois municípios. Percebe-se também a notável presença da igreja católica na região e conseqüentemente o conservadorismo regional, não somente pela presença da igreja, como também pela presença de famílias tradicionais que comandavam as cidades desde sua fundação.

Em sua maioria, são municípios de pequeno porte I e II, conforme classificação da PNAS/2004, os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena, Jacareí, Guaratinguetá, Cruzeiro e Caçapava, são algumas exceções

Pensar a história constituinte dessa região se faz importante no momento de análise do desenvolvimento das políticas sociais nesses municípios, principalmente quando analisamos a Política de Assistência Social e o desenvolvimento das ações por profissionais do Serviço Social.

Partindo do princípio, de que a ação Profissional do Serviço Social em seus primórdios se deu através do desenvolvimento da Ação Católica, com objetivo de disseminar a doutrina social da Igreja e considerando que a constituição dos municípios da Região está ligada à formação das capelas e igrejas, pode-se notar que as políticas sociais e principalmente a Política de Assistência Social na região teve seu desenvolvimento ligado a atendimentos emergenciais, benemerentes e assistencialistas.

Outro fator importante no Vale do Paraíba é o vínculo do desenvolvimento da Política de Assistência Social com as ações dos Fundos Sociais de Solidariedade que se originaram baseados nas ações do primeiro damismo reforçando a ação benemerente. A partir de relatos de colegas de profissão, é possível afirmar que o

desenvolvimento da Assistência Social, principalmente nos municípios de pequeno porte, foi durante anos instrumento para angariar votos.

Os principais municípios de maior atenção na pesquisa apresentada foram: Tremembé e São José dos Campos.

São José dos Campos é uma cidade classificada pela PNAS como uma cidade de grande porte e com um desenvolvimento econômico considerável, é um dos pólos tecnológicos e industriais mais desenvolvidos do país. De acordo com Silva (2007), o município é constituído tanto por pessoas migrantes como imigrantes resultantes do desenvolvimento econômico. A grande oferta de trabalho e a necessidade de mão-de-obra qualificada, fez com que muitas pessoas emigrassem para o município. Embora a arrecadação da cidade seja alta e possua um desenvolvimento econômico considerável, o município apresenta grandes expressões da questão social, com índices elevados de pessoas vivendo em situações de risco e vulnerabilidade social; segundo levantamento do IBGE 2003, a taxa do índice de pobreza é de 13,25%.

São José dos Campos conta, em 2009, com uma população estimada de 615.871 habitantes segundo o IBGE, num território de 1.100 Km², com uma concentração de renda elevada e uma redistribuição que não é justa e muito menos igualitária, assim como todas as cidades brasileiras e outros países capitalistas.

A assistência Social no município foi pesquisada e analisada em 2007 por Silva, nos relatando que:

A assistência social, na cidade é realizada em parte pela prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento Social; pelas entidades sociais conveniadas e também pelas cadastradas, além de contar com organismos empresariais advindos dos programas da chamada responsabilidade social das empresas.

Muito tem sido feito para que o município assumira a assistência social enquanto política pública, mas a visão dos gestores desta pasta volta-se para a perspectiva do empreendedorismo sem se preocupar com a formação cultural dos envolvidos. Esse tem sido um dos impasses, no trato da assistência social, que não está reconhecida, de fato, como de direito, mas como benemerência. (Silva, 2007, p. 32).

São José dos Campos possui uma trajetória política histórica no sentido da efetivação da assistência social como um direito, com forte engajamento dos profissionais de Serviço Social, que atuam no desenvolvimento da política:

[...]na cidade de São José dos Campos, buscou-se discutir a LOAS, através de palestras e seminários, e está se buscando estruturar seu trabalho, via discussão do SUAS, mas há problemas administrativos e gerenciais. As regiões administrativas não incorporam os CRAS, e embora tenham sido regionalizados os serviços, são necessárias adequações, no que se refere a essa questão, tanto administrativa, financeira, quanto organizacional (Silva, 2007, p. 35).

Mas mesmo com o empenho político dos profissionais envolvidos na luta para a efetivação da assistência social como um direito social a política social ainda é um instrumento político partidário utilizado como meio de acesso a população vulnerável, para a garantia de votos.

Tremembé, cidade situada na região do Vale do Paraíba contava em 2009 com uma população de 41.159 habitantes segundo o IBGE, num território de 192 km², classificado pela (PNAS), como município de pequeno porte II. A cidade escolhida não é um pólo industrial, sua economia é baseada no comércio e na produção agrícola e manufatureira. A produção agrícola de grande importância na cidade é o plantio de arroz e a produção de tijolos e a extração de areia, sua população em sua maioria é de um povo migrante, pois pela proximidade das cidades industriais como São José dos Campos, Taubaté e Pindamonhangaba muitos de seus moradores residem na cidade, mas vendem sua força de trabalho nas indústrias instaladas nas cidades vizinhas. A arrecadação do município está alicerçada nos tributos da prestação de serviços.

Diferentemente de São José dos Campos, que possui um número considerável de profissionais atuando na política de assistência social e que luta para a efetivação do reconhecimento de direito, Tremembé tem um quadro de profissionais reduzido pequeno e desarticulado; além disso, a população não reconhece a assistência social como uma política social, e sim como um favor para os que necessitam.

Embora a cidade seja uma cidade com os conselhos municipais regulamentados, e compostos paritariamente, a sua gestão e administração estão centralizadas no poder público, seja por falta de informação, seja por desinteresse da sociedade civil, que descaracteriza o controle social nas diretrizes e planejamentos das políticas sociais.

Em Tremembé, da mesma forma que ocorre na cidade de São José dos Campos, as políticas sociais, principalmente a da assistência social são instrumentos políticos partidários muito fortes. A assistência social é utilizada para

angariar um exército de indivíduos para a realização de sua campanha política partidária e futuros votos.

A implantação do SUAS é a possibilidade concreta da superação do quadro situacional da Política de Assistência Social no Vale do Paraíba. Há um investimento e um esforço principalmente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, da seccional do Vale do Paraíba para a implantação e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela PNAS.

Desde a aprovação da PNAS, um grupo atuante de assistentes sociais, juntamente com o CRESS vem organizando debates, oficinas, plenárias para discutir a implantação e o desenvolvimento da Política de Assistência Social, superando o conservadorismo, a benemerência e o assistencialismo enraizado na política de assistência social do Vale do Paraíba.

CAPÍTULO III – O DESAFIO DE PENSAR A FAMÍLIA.

3.1. A FAMÍLIA SEUS CONCEITOS E PRÉ-CONCEITOS

O que é “família”? Qual a sua origem? Como se chegou ao conceito de família? Observando a evolução humana e as relações entre os homens.

As transformações na “família” não são fenômenos da atualidade, ela se transforma a cada dia, desde sua origem.

Engels em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, apresenta um estudo sobre as suas idéias e de Morgan que traz a seguinte definição:

A “família”, diz Morgan, é um elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente. (Engels 2002: p. 34 - 35).

Afirmamos que a família é parte da história e toda e qualquer transformação que ocorra na sociedade refletirá na família e na sua dinâmica relacional. As transformações decorrentes na família serão reflexos de um impressionante “boom” de imagens da família, Ariès em seu estudo diz:

[...] Se percorremos as coleções de estampas ou as galerias de pinturas dos séculos XVI-XVII, ficaremos impressionados com essa verdadeira avalanche de imagens de famílias. Esse movimento culmina na pintura na metade do século XVII na França, e na pintura de todo o século e até mais na Holanda. Ele persiste na França durante a segunda metade do século XVII na gravura e nos leques pintados, reaparece no século XVIII na pintura e dura até o século XI, até a grande revolução estética que baniria da arte a cena de gênero.

Nos séculos XVI e XVII, os retratos de grupos são numerosíssimos. Alguns são retratos de confrarias ou corporações. Mas a maioria representa uma família reunida. Estes últimos surgem no século XV, com os doadores que se fazem representar modestamente o nível inferior de alguma cena religiosa, como sinal de sua devoção. De início, esses doadores são discretos e estão sozinhos. Mas logo começam a trazer a seu lado toda a família, incluindo os vivos e os mortos: as mulheres e os filhos mortos também têm seu lugar na pintura. De um lado aparece o homem e os meninos, do outro a ou as mulheres, cada uma com as filhas de seu leite. (ARIÈS, 2006: p. 138)

A família a que hoje nos referimos como a “família tradicional”, é para Engels resultado do surgimento da propriedade privada, pois nos estudos por ele apresentados, fica evidenciada a transição para a família monogâmica a partir da necessidade de garantir os herdeiros dos bens e propriedades adquiridos pelo homem durante sua vida produtiva.

O modelo de família aceito e considerado como “normal” pela sociedade é um modelo da família patriarcal burguesa. Além da necessidade de reconhecer a sua família para garantir a hereditariedade dos bens, a família patriarcal será resultado de ilustrações de imagens produzidas na França nos séculos XVI e XVII, em que se remete ao individualismo da família, nas pinturas ocorrerá a apresentação da idéia de família, composta pelo pai (homem e provedor do sustento da família); pela mãe (a responsável pela harmonia da família e pelos cuidados da casa) e filhos. Obras serão esculpidas e pintadas baseadas nos princípios bíblicos de “A Sagrada Família³⁶”. *“É provável que as famílias católicas tenham sofrido uma evolução quase paralela, e que também tenham sentido a necessidade de uma devoção nem pública nem individual: de uma devoção familiar.”* (Ariès, 2006 p. 150).

Mudanças significativas vão ocorrer no modo de vida familiar durante a Revolução Industrial. A partir deste momento histórico, as transformações no contexto familiar são cada vez mais evidentes.

Antes da invenção das máquinas a economia era artesanal e agrícola, e os papéis familiares eram divididos e subdivididos para a garantia da sobrevivência na lavoura. Os filhos do sexo masculino eram vistos dentro da economia agrícola como soma ao trabalho na lavoura, um trabalhador a mais nas plantações agrícolas. As filhas eram criadas desde sua infância para cuidar da casa e dos irmãos mais novos para com isso serem futuras boas esposas e boas mães – reproduzindo os costumes bíblicos e burgueses.

Após a Revolução Industrial essa visão vai se modificando, a agricultura deixa de ser o ponto fundamental da economia, muitas famílias deixaram os campos agrícolas para viverem nos centros urbanos industriais. O salário oferecido pelas indústrias não são suficientes para o sustento da família, as mulheres e até mesmos

³⁶ Visão idealizada, pelos princípios bíblicos de Jesus, Maria e José, que são expostos nas igrejas e reproduzidos pela sociedade.

as crianças vão trabalhar, iniciando assim, a exploração da mão-de-obra de mulheres e crianças.

Consequentemente, o papel da mulher modifica-se perante a sociedade, deixando de ser apenas a pessoa que fica dentro da casa para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Esse quadro torna-se mais evidente na década de 1960 com os movimentos feministas, quando a mulher inicia a sua emancipação social e a conquista do seu lugar no mercado de trabalho. Dentro desse breve contexto podemos então começar a compreender as transformações sociais e familiares que estão se apresentando nos dias atuais.

Outra questão muito importante e de necessária apreensão é a da estrutura familiar que desde a época colonial, era formada pelo pai, mãe e pelos filhos com relações sangüíneas, frutos do casamento do casal, características baseadas nos primórdios bíblicos, morais e religiosos instalados na sociedade.

Diante das representações religiosas, as famílias que não reproduzem a concepção da “Sagrada Família³⁷”, e são consideradas famílias ‘desajustadas’, ‘irregulares’, ‘anormais’. Nesse momento, é desconsiderada a liberdade e o direito de escolha dos indivíduos, isto é, a sociedade exige um padrão comum para a aceitação do indivíduo no convívio societário.

3.2. A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE E O SERVIÇO SOCIAL.

A família recebe em sua dinâmica e nas suas relações sofre influências das transformações societárias considerando que *“a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que já se achavam acostumados em principio.”* (Hobsbawm, 2008: p. 283).

A sociedade evolui e retrocede contraditoriamente nos seus costumes e modo de viver a cada dia, consequentemente, a família também. Isso se deve ao processo do desenvolvimento capitalista na sociedade, com reproduções dos modos e costumes de vida da sociedade burguesa.

³⁷ Idem nota 26.

Portanto, para o desenvolvimento do modo de produção capitalista faz-se necessário: diferenciações drásticas no desenvolvimento humano e os padrões de vida estipulados e forçados para que a reprodução dos padrões aconteça.

O paradigma de uma “família adequada e estruturada” resulta dos modelos familiares burgueses, reproduzidos pela igreja em defesa da moral e dos bons costumes.

A desigualdade estrutural na sociedade caracterizado pelo desenvolvimento do capitalismo acarretará também a desigual distribuição de renda, resultando no desenvolvimento de composições familiares diferenciadas ao estilo burguês. Entre essas famílias, aquelas que não corresponderem aos padrões da família burguesa e religiosa, conseqüentemente, serão consideradas como famílias ‘irregulares’ e ‘desajustadas’.

As configurações familiares predominantes na contemporaneidade são de famílias de estrutura burguesa, famílias monoparentais³⁸, famílias recompostas³⁹, famílias homossexuais, famílias de vínculos afetivos e financeiros.

As famílias não serão necessariamente de laços sanguíneos e afetivos. A formação familiar no mundo do capital é baseada na sobrevivência, principalmente quando nos referimos às famílias mais afetadas pela Pobreza.

A família para os pobres, associa-se aqueles em quem se pode confiar [...]. Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos. (SARTI, 1996 p. 63).

No âmbito da Política de Assistência Social nos deparamos com muitas famílias que lutam pela sobrevivência. Sendo assim, encontramos famílias consanguíneas de várias gerações que sobrevivem com aposentadorias mínimas, famílias que são dependentes do Benefício de Prestação Continuada – BPC de um deficiente ou de um idoso; famílias de pessoas que se encontram numa mesma

³⁸ Família Monoparental: Conforme definida pelo artigo 226 § 4º da Constituição Federal Brasileira é aquela composta por qualquer dos pais e seus descendentes.

³⁹ Família Recomposta: A família recomposta se resulta da transformação de uma família nuclear ou monoparental, na qual o responsável por ela decide se casar novamente ou viver uma união consensual, reconstituindo uma nova família, por vezes, com filhos do primeiro casamento de uma das partes ou de ambas. (SANTOS, 2005, p. 21)

situação e com a necessidade de sobrevivência unem-se, para a divisão das despesas, na garantia da sobrevivência de cada indivíduo.

São famílias como essas que o assistente social, o executor de políticas sociais encontrará no seu campo de trabalho. A prática cotidiana desse profissional, diante das bases do pensamento dialético deverá:

[...] compreender que as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista e que interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho sociopolítico e ideocultural. Ou seja, participam da reprodução das relações sociais que se faz por meio da reprodução de valores, de modos de vida e de práticas culturais e políticas. (MIOTO, 2009: p. 498).

Por se tratar de uma profissão inserida em processos sociais mais amplos de produção e reprodução das relações sociais, o Serviço Social só se afirmará *“como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.”* (IAMAMOTO, 2007: p. 16). Assim sendo, a profissão na mediação das Políticas Sociais transitará e conviver com as dinâmicas familiares, através de seu desempenho nessas políticas.

No Brasil, o Serviço Social se firmará como profissão vinculada estreitamente ao setor público estatal, desenvolvendo ações propostas pelo Estado, para o controle da sociedade civil. A profissão executará ações e trabalhos com as famílias, inicialmente com as famílias proletárias, e mais tarde com as famílias atingidas pelas mazelas da questão social.

Historicamente pode-se considerar que no período de 1936, ano da fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, até inícios dos anos de 1960, a profissão desenvolveu sua ação profissional com uma visão adaptadora do indivíduo ao meio e ao modo de produção capitalista, com uma base moralizadora e psicologizante centrada na família. Tal ação se explica pelos princípios adotados pelo Serviço Social no momento da sua fundação, pela sua vinculação com o ideário católico e com a classe burguesa. O discurso vigente no Serviço Social nesse período é de que a profissão é uma atividade estritamente que humana influi diretamente no homem, na família e na sociedade.

A metodologia adotada pelo Serviço Social no período de 1936 à 1960 baseava-se em diagnosticar os problemas do indivíduo através de entrevistas com o indivíduo/trabalhador, familiares, vizinhos, empregadores, objetivando o diagnóstico para personalizar um tratamento cuidando do indivíduo até sua reintegração e adaptação a sociedade.

No governo presidencial de Getúlio Vargas, com o discurso de proteção às famílias, sanciona-se o decreto lei nº 2024/1940 referente ao “Estatuto da Família”, documento de cunho doutrinário elaborado pelo Ministério de Capanema, que combinava duas idéias, que para o ministério eram indissociáveis: “*a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional*”⁴⁰.

Nesse momento a visão governamental era de que para a prosperidade e o prestígio do país dependia da organização do país e da sua população, conseqüentemente, da família, que é a responsável pelo desenvolvimento e crescimento populacional do país.

A base de fundamentação para o desenvolvimento social do Brasil é o interesse do Estado em instaurar a idéia da família com matrimônio civil e religioso de acordo com os princípios bíblicos, constituindo como um ato sólido de união, reforçando o tradicionalismo burguês.

Nesse período, a visão central é de que a “desordem” social tem sua origem na família mal organizada. Esse fato surge a partir do momento em que o homem não consegue cumprir com a sua função social de sustentar a sua família, obrigando a mulher a deixar a organização do lar, para o trabalho externo, deixando com isso seu lar desprotegido e vulnerável à desordem familiar, favorecendo a desordem social.

O Serviço Social nesse momento, é um serviço de Proteção Familiar que irá trabalhar com o paradigma da Educação Familiar, prevenindo as possíveis desordens na família pelas disfunções dos papéis familiares. No entanto, o Serviço Social não cumprirá apenas um papel de “curador” dos problemas sociais, e também de “ajustador” das famílias para prevenir a desordem.

⁴⁰ Fonte: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>, pesquisado em 19 de Fevereiro de 2010. **A Igreja e o Estado Novo: O Estatuto da Família**; Simon Schwartzman; publicado em *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, Maio, 1980.

O assistente social⁴¹ exercerá nesse contexto uma ação normatizadora na vida do trabalhador e na da sua família, fazendo um trabalho profissional “cuidador” dos hábitos de higiene, de saúde, de alimentação, de cuidados com a moradia, de econômica doméstica, do desempenho e conduta social. O profissional atua como um ajustador de comportamento humano, baseando-se na doutrina católica e nas teorias positivistas adotadas pelo Estado.

Importante lembrar que nesse momento as ações desenvolvidas com as famílias eram realizadas por instituições sociais e pelo CEAS⁴², que logo após a fundação da escola de Serviço Social em São Paulo fecha um convênio com o Estado para a realização e execução do trabalho com famílias.

A influência do Serviço Social norte-americano, resultado dos convênios firmados entre os países latino-americanos e os EUA, que possibilitou a ida de profissionais brasileiros para a América do Norte. Esses assistentes sociais são inseridos em trabalhos como: O Serviço Social da Família, dos menores, do setor psiquiátrico, do setor médico, correcional; de grupo e de comunidade.

As ações com família segundo Jorge: *“inclui a ajuda individual ao indivíduo e à família considerada como unidade, para a solução de problemas de manutenção econômica, relacionamento conjugal, organização material do lar, educação dos filhos, relacionamento com parentes e vizinhos.”* (JORGE, 2009: p. 30).

As ações de desenvolvimento de comunidade permitirão ao assistente social trabalhar com problemas comuns da sociedade e/ou comunidade, possibilitando ao profissional do Serviço Social o contato direto com a população superando as ações individualistas, passando a atuar coletivamente com os subalternizados.

Como resultado, em meados dos anos de 1960 surge uma tendência de ruptura com o Serviço Social Tradicional. O Serviço Social latinoamericano vivenciará um contexto de transformações societárias sob o ápice do desenvolvimento capitalista na América Latina, sob as influências também de mudanças no interior da igreja católica, com o surgimento da Teologia da Libertação.

⁴¹ Não podendo esquecer que nesse período os profissionais que exerciam a profissão do Serviço Social eram predominantemente mulheres de origens da classe burguesa e dotadas de princípios da igreja católica.

⁴² Descrição da origem e os princípios fundantes para o trabalho que será desenvolvido pelo Centro de Estudo e Ação Social está no primeiro capítulo deste trabalho.

A partir de 1964 até os anos de 1980, viveremos no Brasil sob o regime da ditadura militar, e que apesar das necessidades sociais ocasionadas pelo desenvolvimento capitalista, serão significativas as reduções das necessidades econômicas e sociais da sociedade, mesmo com o crescimento econômico do país. O ponto central da atuação do governo militar era o desenvolvimento do mercado e do setor de infra-estrutura, e os aspectos sociais foram deixados para o segundo plano.

Para o Serviço Social, no período a partir dos anos de 1960 que perpassa os anos do regime ditatorial no Brasil, ocorrerão encontros nacionais, latinos americanos, seminários, nos quais a preocupação dos assistentes sociais é a teorização do Serviço Social e a tentativa de ruptura com o Serviço Social Tradicional. No entanto, as discussões e as práticas do trabalho com família não serão tema central no momento. As práticas profissionais dos assistentes sociais vinculados com o Estado não serão diferentes do que já vinham sendo realizadas. O trabalho permanecerá com práticas conservadoras, principalmente por tratarem de serviços vinculados ao Estado Militar, que a cada Ato Institucional centralizava o poder de governança nas mãos do presidente: a cassação do mandato de 88 parlamentares e o exílio de professores universitários como: Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros, em 1968, por divergirem do sistema de governo imposto. No ano seguinte, como tentativa de condicionar as gerações estudantis ao patriotismo e à ordem burguesa militar cria-se a disciplina de Educação Moral e Cívica.

Podemos considerar que os finais dos anos de 1960 até 1974 foram os piores anos da ditadura militar, onde todo e qualquer encontro estudantil e/ou profissional era vigiado e controlado pelo governo presidencial.

Paralelamente às perseguições e ao controle da sociedade pelo Estado, com o intuito de confundir a população, criam-se *slogans* como: “Brasil, ame-o, ou deixe-o”, “Este país que vai para frente”. E em 1970, contribuindo ao mascaramento dos crimes e violências que o governo estava cometendo, o Brasil ganha a Copa do mundo de Futebol que foi realizada no México; o país se coloca em estado de euforia total. E para o controle societário em 1971, cria-se o campeonato brasileiro de futebol, enfatizou uma espécie de “política do pão e circo⁴³”, aos moldes

⁴³ Com o crescimento urbano em Roma gerou-se grandes problemas sociais, e o imperador com medo de que a população se revoltasse com a falta de trabalho e exigisse melhores condições de

brasileiros e ditatoriais, em que fazia com que a população brasileira ocupasse seu tempo, com as discussões do mundo do futebol e deixasse de lado as discussões políticas e governamentais. Houve também nesse período um grande investimento por parte do Estado em financiar para a população brasileira a aquisição de aparelhos televisores, favorecendo ao entretenimento aos moldes “militar burguês” e uma valorização aos produtos industrializados americanos, desfavorecendo o desenvolvimento dos produtos nacionais.

No período de maior repressão do Estado, não se observa um progresso na atuação do Serviço Social, enquanto prática, mas ocorre um movimento político de “quebra” com o tradicionalismo católico e burguês, que poderá virá a ser explicitado nos final dos anos de 1970, mais precisamente em 1979, com o chamado Congresso da Virada⁴⁴, com a introdução da corrente de pensamento marxista.

Com o Movimento de Reconceituação, a prática profissional é marcada com um novo direcionamento e com uma atuação junto às comunidades e aos movimentos sociais, a família não será mais o foco do trabalho do Serviço Social brasileiro. Esse posicionamento *“propiciou a percepção da família no interior da questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes, sujeitando o entendimento da realidade social a todas as determinações, condicionamentos e influências decorrentes do novo enfoque”* (COSTA, 1994: p. 23)

As produções no Serviço Social sobre família são pequenas, não aparecem nem como relatos de experiências durante um largo período. Isso também não significa que o Serviço Social deixou de realizar o trabalho com famílias, muito ao contrário, ele nunca deixou de existir.

Como se pode verificar na proposta de ruptura com o tradicionalismo católico burguês, deixa-se de focar as ações relacionadas com a família, no entanto, o trabalho estará diretamente relacionado com a família.

Com as mudanças do *Welfare State (Estado de Bem Estar Social)*, sob as influências neoliberais, o estado deixará de executar alguns serviços de atendimento aos indivíduos e famílias subalternizadas pelo sistema capitalista, responsabilizando

vida, acabou criando a política *“Panis et circenses”*, a política do pão e circo, em que consistia em: todos os dias havia lutas de gladiadores nos estádios, sendo o mais famoso deles era o Coliseu, e durante os eventos eram distribuídos alimentos, principalmente pão. O resultado era o objetivo alcançado, já que, ao tempo em que a população se distraía também se alimentava esquecendo os problemas sociais e não pensava em se organizar e rebelar-se contra o governo do imperador.

⁴⁴ Congresso da Virada, assunto tratado no primeiro capítulo desse trabalho, quando trabalhamos o Serviço Social Histórico.

as famílias a assumirem tais serviços. Entretanto, como a prática profissional do assistente social está voltada às mediações da questão social e para a luta pela efetivação dos direitos sociais, a relação e o trabalho do assistente social, pode não ser evidenciado teoricamente, nesse período, mas está totalmente relacionado com a família.

Em meados da década de 1980, o modelo de Estado Intervencionista entra em decadência, o Estado passará por uma renovação liberal, ocasionando a minimização do Estado na execução das políticas públicas, o que resulta em uma responsabilização da família, no que correspondem às contradições sociais ocasionadas pelo capital na sociedade.

Nesse mesmo período, o país passa por momentos de efervescência dos movimentos sociais, que com o fim da ditadura são potencializados e ampliados, possibilitando discussões até sobre a sanção da Constituição Federal de 1988.

A constituição aprovada em 1988 evidenciará um Estado de Direitos Sociais, a exemplo de países economicamente desenvolvidos e estabilizados, que proporcionará um Estado de Direitos baseados em responsabilidades societárias.

Embora a constituição evidencie um Estado de Direitos, para os movimentos sociais, não foi um momento de total conquista; o Estado sob as influências neoliberais chamará a família e a sociedade civil a assumir responsabilidades que antes eram do Estado.

Assim, o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com forças a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. (YAZBEK, 2001: p. 37).

A carta magna mesmo sendo fruto de lutas e reivindicações dos movimentos sociais, garantirá um Estado Social Mínimo. A Elite da sociedade, não possui interesses no desenvolvimento de um Estado que se responsabilize pelas contradições da questão social, a preocupação dessa parcela da sociedade é o investimento no desenvolvimento econômico do mercado.

De 1990 até 2002, os governos investiam nos processos de desenvolvimento econômico do país com investimentos mínimos para a concretização dos direitos sociais.

O Serviço Social, por sua vez, de acordo com seu projeto ético-político firmado a partir a reconceituação da profissão, tenderá em agir no favorecimento e na garantia dos direitos sociais violados pelo Estado.

Os profissionais vêem a necessidade de se unirem aos movimentos sociais e às classes subalternizadas para exigir a efetivação dos direitos garantidos, mesmo que mínimos, na constituição de 1988.

Ao final do governo republicano de Fernando Henrique Cardoso (FHC) são implantados alguns projetos de transferência de renda, como o Bolsa Escola, como estratégia de incentivo para o aumento do nível de escolaridade, e o auxílio gás, repasse financeiro a cada dois meses para famílias de baixa renda⁴⁵.

Com a eleição, em 2002, do atual presidente Luiz Inácio da Silva, algumas alterações nas políticas sociais aconteceram. Foram implantados, ou melhor, redimensionados os programas de transferência de renda. Tal redimensionamento, inspirado em um modelo de Estado que buscará dar grande centralidade ao trabalho com famílias.

A PNAS será aprovada nesse cenário, em 2004, para a implantação do SUAS, cujo principal executor será o assistente social. Resulta daí a retomada de discussões e avaliações do fazer profissional, objetivando a efetivação do projeto ético político profissional – que é lutar para garantir e efetivar os direitos sociais das classes subalternizadas, tomando o cuidado para não retroceder aos avanços teóricos conquistados pela profissão.

Para isso, os profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), devem trabalhar com a família em suas múltiplas configurações e organizações, focalizando suas particularidades e singularidades nas diferentes situações que serão apresentadas e nos diferentes níveis sociais.

Conhecer a família da qual se fala e para a qual muitas vezes dirigimos nossa prática profissional é muito importante; também é imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessária a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter

⁴⁵ Consideram população de baixa renda, famílias com renda *per capita*, igual ou inferior a ¼ do salário mínimo.

universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania. (GUEIROS, 2002, p. 119-120).

O trabalho com a família deve ser direcionado não apenas como atividade educativa ou coercitiva para o cumprimento de condicionalidades e regras estipuladas para a participação em um programa ou outro, devem ser sim trabalhos de conscientização crítica e questionadora, que façam o usuário ser construtor e direcionador da sua própria vida.

O profissional do Serviço Social, na execução dessa política, encontrará famílias com os perfis caracterizados no início desse item. Conseqüentemente, não poderá pensar em um único 'modelo' de família para a execução do seu trabalho, uma vez que, com essa restrição de um único modelo, poderá exercer uma ação terapêutica e conservadora, como no início da profissão, indo contrário ao projeto profissional da categoria.

3.3. A PROPOSTA METODOLÓGICA DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS NO TRABALHO COM FAMÍLIA, NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

A proposta inicial para os trabalhos dos profissionais do CRAS aparece na PNAS, como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004: p. 27)

As indicações da PNAS são ações com centralidade na família, com a “perspectiva de fazer avançar o caráter preventivo de proteção social, de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida levem à concretização

de direitos humanos e sociais” (NOB-SUAS, 2005), isso não significa que, o trabalho seja específico e somente com a família, “o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontrem situações de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida... (BRASIL, 2004: p. 27).

É claro que as ações tendem a centralizar a família, isso significa que o Estado transmitirá a responsabilidade de cuidar do indivíduo em situação de vulnerabilidade para a família, “na realidade, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado”. (Ariès, 2006: p. 145). Isso é uma tendência liberal – como refletimos anteriormente – de que o Estado somente assumirá as demandas de vulnerabilidades, indicando alguns encaminhamentos à solução, em momentos que a família não responder às necessidades do indivíduo.

Na Política Nacional de Assistência Social, vai ocorrer, um redimensionamento nas ações a serem executadas, frente a um trabalho descentralizado e territorial, com famílias no intuito de “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2004: p. 27). O trabalho preventivo é o objetivo da Proteção Social Básica.

O redimensionamento da Política de Assistência Social está especialmente centrado na focalização do trabalho com famílias, e a Normativa Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS) afirma que: “não existe família enquanto modelo idealizado e sim famílias resultantes de uma pluralidade de arranjos e rearranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias.” Partindo de tal princípio, a família é concebida e caracterizada “como núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas em torno das relações de geração e de gênero.” (NOB-SUAS, 2005)

As referidas citações da NOB-SUAS deixam claro para os executores da Política de Assistência Social que as ações com as famílias devem ser executadas independente de sua formação ou característica. Convergindo com o projeto ético da profissão de Serviço Social: de trabalhar e garantir os direitos sociais dos indivíduos,

independente de sua raça, cor, opção sexual, opção religiosa, não podendo em nenhum momento ter algum ato de discriminação ou preconceito.

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, assumindo o seu papel no desenvolvimento da PAS, que vai além do financiamento federal para a execução das ações nos municípios, prepara capacitações aos executores da PAS e na perspectiva de garantir ações que foquem a família considerando as transformações societárias afirma que: “Não basta constatar as transformações por que passam as famílias, se persistem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que se realiza.” (capacitaSUAS, 2008: p. 59).

O reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social requer, portanto, cuidados redobrados para que não se produzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se amplie ainda as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres. (capacitaSUAS, 2008: p. 59).

A partir das diretrizes da PNAS e da NOB/SUAS⁴⁶ pressupõe-se ações e atividades interventivas de caráter socioeducativo, que possibilitem fazer a interação dos indivíduos e/ou famílias à realidade econômica, social, histórica e conjuntural em que está inserida, possibilitando ao sujeito sua percepção enquanto ser humano com potencialidades e possibilidades de desenvolver ações mediante apropriação de informações e conhecimentos possíveis de intervenção na realidade em que vive. Isto é, possibilitar que as famílias e/ou sujeitos sejam protagonistas de sua própria história.

As ações socioeducativas possuem um campo privilegiado para fomentar os valores e potencialidades das famílias a partir dos trabalhos com a sociabilidade, a participação e a convivência com as famílias e/ou sujeitos referenciados para o trabalho em cada território.

Os trabalhos desenvolvidos deverão exercer a defesa e a afirmação de direito, visando à emancipação, a autonomia e o reconhecimento dessas famílias e sujeitos como cidadãos participantes.

De acordo com as diretrizes de regulamentação para o funcionamento do Sistema Único, as ações socioeducativas não terão modelos pré-estabelecidos, caberá aos executores construir tais ações, de acordo com a realidade de cada

⁴⁶ No segundo capítulo desse trabalho algumas diretrizes são mencionadas, entretanto recomenda-se para um melhor aprofundamento que se consulte os materiais, citados.

território, respeitando as realidades sociais e os contextos históricos das famílias referenciadas em cada território de ação.

Tal flexibilidade se dá justamente pela diversidade cultural existente em todo o território nacional, possibilitando diferentes ações e planejamentos, gerando um modelo aberto de planejamento. Entretanto, essa flexibilidade e abertura nas ações deverão ser balizadas nas diretrizes da PNAS, que são:

- Desenvolvimento das relações de afetividade;
- Reparar danos decorrentes de estigmas, discriminações e situações de violência;
- Proporcionar o convívio em grupo (afirmando a sociabilidade);
- Permitir o acesso a conhecimentos;
- Possibilitar meios que favoreçam a autonomia;
- Estimular senso de responsabilidade e de coletividade;
- Desenvolver a participação na vida familiar e comunitária no território.
- Possibilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades que facilitem o ingresso e/ou reinserção no mundo do trabalho;
- Proporcionar atividades individuais e coletivas de geração de renda (para algumas faixas etárias);
- Ampliar as trocas culturais;
- Possibilitar o convívio intergeracional;
- Estabelecer e fortalecer os vínculos familiares e comunitários (CAPACITAÇÃO MDS: 2008)

As ações socioeducativas têm como finalidade a prevenção e a superação das situações de vulnerabilidade, possibilitando o acesso e o usufruto aos direitos humanos, buscando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

O desenvolvimento do trabalho profissional deverá contar com articulações intersetoriais com os diversos setores públicos, como os departamentos e/ou secretarias dos municípios, dos setores de segurança alimentar, cultura, trabalho, saúde, educação, justiça, entre outros; as articulações intersetoriais deverão ser apoio na preparação das ações socioeducativas.

As atividades socioeducativas devem ser planejadas de acordo com a realidade de cada território – por isso a necessidade do conhecimento da territorialidade – mas deverão ser considerados alguns pontos importantes tais como:

- **ciclo de vida:** Considerar as vulnerabilidades e as histórias de vidas das famílias e/ou indivíduos, planejando um trabalho que estimule as famílias e os indivíduos à superação e ao enfrentamento às vulnerabilidades decorrentes dos ciclos de vida.

- **realidade situacional:** Deve-se considerar as limitações e as potencialidades de cada família e/ou indivíduo respeitando as limitações e as situações vivenciadas pelos indivíduos e famílias, ou decorrentes da situação de pobreza ou de violações de direito. No entanto, o trabalho deverá proporcionar uma mínima condição para que a família e/ou indivíduo se reconheça como protagonista na construção de sua cidadania.

As ações socioeducativas e o trabalho com família deverão tomar alguns cuidados como:

- não responsabilizar as famílias pelos seus problemas, dificuldades e condições de vulnerabilidade social, a fim de não reforçar vitimizações descoladas dos fatores estruturantes que condicionam/determinam as situações por elas vivenciadas, rompendo-se com a noção de que é responsabilidade dos indivíduos superar as dificuldades criadas pelos efeitos perversos das políticas econômicas adotadas;
- não perder a perspectiva societária no trabalho que busca organizar atores sociais e sociabilidades coletivas para a participação social e para a luta por direitos e transformações concretas nas condições de vida das famílias. (CapacitaSUAS, 2008: p. 61).

As ações socioeducativas deverão respeitar os ciclos de vida e as ações devem ser direcionadas a cada grupo, isso também, não significa que não poderá haver momentos de diálogos entre os diversos grupos e famílias para a troca de informação e fortalecimento de vínculos comunitários.

De acordo com o material de capacitação do MDS aos gestores e executores da política, a perspectiva do trabalho com família deve:

“considerar a família em sua dimensão de vida privada e pública, sem hipertrofiar a atenção ao desenvolvimento interno dela ou ao seu protagonismo social, mas articulá-las, de modo a capacitá-la a se tornar um espaço de ressonância dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação social” (SAWAYA, 2004: p. 22 in CapacitaSUAS, 2008: p. 62)

A partir dessa consideração pode se afirmar que o trabalho dos profissionais no CRAS poderá ser um instrumento fortalecedor para a articulação da comunidade residente no território de ação, favorecendo à mobilização e à participação social para as reivindicações e melhorias das necessidades coletivas daquele território.

Por isso, a necessidade de um trabalho social focado no desenvolvimento das potencialidades e capacidades individuais favorecendo a convivência comunitária de todas as famílias referenciadas, poderá ainda existir além do

fortalecimento do vínculo comunitário organizações e movimentos sociais para reivindicações de espaços e de elegibilidade dos interesses coletivos.

As ações na assistência social, não são direcionadas apenas às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades econômicas, a ausência e a insuficiência de rendimentos não deve ser o único critério de acesso à política de assistência social.

A Política da Assistência Social é destinada conforme o artigo 203 da Constituição Federal a quem dela necessitar, para contribuir e atender as necessidades humanas básicas, tendo como referência indivíduos e famílias impossibilitadas ou limitadas em sua capacidade. Isso significa que a assistência social não se restringe apenas aos rendimentos econômicos, a política incide também nas relações sociais, como na garantia e efetivação de direitos, principalmente ao direito a convivência familiar e comunitária, que possibilite a participação protagônica das famílias e indivíduos referenciados na construção de um projeto societário que garanta a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva da comunidade.

No entanto, as ações socioeducativas da assistência social devem preocupar-se com os atendimentos a todas as famílias necessitadas de serviços, não devendo estar limitado o atendimento apenas às famílias vulnerabilizadas em decorrência dos fatores econômicos. As famílias que se encontram em situações de vulnerabilidades devido à vivência de qualquer forma de violação de direitos também devem ser atendidas.

A metodologia indicada pelo governo federal para o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade indica que não é papel da política “enquadrar” a diversidade cultural do público da política, devendo respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares, conhecendo os diferentes níveis de necessidades e acessos de serviços das famílias referenciadas.

A postura do profissional executor deve preocupar-se com a adoção de referenciais teórico-políticos que trabalhem na afirmação dos direitos sociais e humanos, com vistas à emancipação, autonomia e a cidadania dos sujeitos, isto é, as ações deveram seguir uma postura que favoreça o processo de organização da população em torno de questões relacionadas à geração de trabalho e renda, inclusão produtivas, condições de moradias, acesso à alimentação, à educação, à saúde, à comunicação e a tecnologias, preservação e recuperação do meio

ambiente, valorização da cultura e do saber popular e desenvolvimento local sustentável.

Como afirmado, o desenvolvimento das ações e o trabalho na assistência social não está restrito às famílias e ou indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica, é de responsabilidade da assistência social proporcionar trabalhos a famílias e indivíduos, vitimados pela situação de pobreza e miserabilidade.

No entanto, quando o referido trabalho se dá com famílias em situação de vulnerabilidade por decorrência da pobreza, o público pré-estabelecido às ações são as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), principalmente as que apresentam descumprimento das condicionalidades⁴⁷. Às ações deverão ser preferencialmente às famílias na situação mencionada, entretanto, não exclui a possibilidade que as ações desenvolvidas incluam outras e/ou todas as famílias referenciadas no território pelo Cadastramento Único (CadÚnico)⁴⁸.

Quando referimos à situação de descumprimento das condicionalidades, tal fato deve ser compreendido pelos técnicos não como uma condição desfavorável,

⁴⁷ As condicionalidades são os compromissos nas áreas da Educação, da Saúde e Assistência Social assumidos pelas famílias e que precisam ser cumpridos para que elas continuem a receber o benefício do Programa Bolsa Família.

Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos.

Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são, ao mesmo tempo, responsabilidades das famílias e do poder público. O objetivo das condicionalidades não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, que deve identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias.

Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>

⁴⁸ O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país.

Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios. O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, e sua base de informações pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, o CadÚnico possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população. A coleta dos dados das famílias deve ser realizada por meio do preenchimento do formulário do CadÚnico. Cada formulário deve identificar apenas uma família. Os cadastros são processados pelo Agente Operador do Cadastro Único (CAIXA), que é responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um número de identificação social (NIS) de caráter único, pessoal e intransferível.

Fonte: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastro_unico/o-que-e-1

e sim como condição objetiva da situação de exclusão e do não reconhecimento da cidadania que aumenta as situações de violações de direitos. As condicionalidades visam a garantia de acesso aos benefícios sociais a que têm direito para as famílias beneficiárias. O descumprimento das condicionalidades deve ser percebido como um indicador importante para a prevenção dos riscos às vulnerabilidades no território de abrangência do CRAS.

O acesso à informação sobre as famílias referenciadas do cadÚnico é de fundamental importância para profissionais que atuam no atendimento do CRAS, porque além de detectar as situações de descumprimento das condicionalidades, permitirá uma leitura da realidade e do perfil das famílias que se encontram na área de abrangência do CRAS. Isso possibilita ainda que os profissionais executem planejamentos para o trabalho com famílias no equipamento em questão, seguindo as diretrizes da PNAS e dos documentos oficiais do MDS:

Diretrizes metodológicas do trabalho com famílias e indivíduos
Articular o conhecimento da realidade das famílias com o planejamento do trabalho:

- conhecer o território de abrangência do CRAS;
- conhecer a realidade socioeconômica e cultural das famílias: estruturas, valores, sentimentos de pertença, identidades, crenças e demandas;
- conhecer os recursos de serviços e de atenções e as vulnerabilidades existentes no território;
- conhecer as características da rede de serviços existentes no território de abrangência do CRAS, bem como a rede local, municipal e regional;
- conhecer as iniciativas de organização e mobilização social no território; a situação de organização e mobilização comunitária no território, detectando seus potenciais individuais e coletivos;
- criar formas de participação das famílias no planejamento e execução das ações.

Potencializar a rede de serviços e o acesso aos direitos:

- encaminhar a família e os indivíduos para a rede de serviços socioassistenciais básicos e especiais;
- articular o encaminhamento da família e indivíduos para os serviços das demais políticas sociais;
- promover o acesso aos direitos sociais e à informação;
- promover o fortalecimento dos laços e vínculos familiares e comunitários;
- acompanhar e monitorar os encaminhamentos realizados;
- promover a inclusão de pessoas com deficiência e seus familiares nos serviços e ações da Proteção Básica;
- promover a inclusão e superação de demandas identitárias subalternizadas, relacionadas especialmente ao ciclo de vida, a questões de gênero, étnico-raciais, orientação sexual, entre outras.

Valorizar as famílias em sua diversidade, valores, cultura, com sua história, trajetórias, problemas, demandas e potencialidades:

- valorizar e fortalecer capacidades e potencialidades das famílias; acreditar na capacidade da família e trabalhar com vulnerabilidades, riscos e potencialidades;

- acolher a família, favorecendo uma escuta empática - no lugar de uma atenção "burocrática" - e a expressão da subjetividade, entendendo essa família a partir da vivência singular e particular de seus membros;
 - favorecer a participação da família em propostas de seu processo de inclusão social e de mudanças e melhorias esperadas na transformação das relações intrafamiliares;
 - construir, em conjunto com as famílias, planos de ação que concretizem projetos de vida a partir de necessidades sociais existentes e expectativas e desejos para o futuro; levantamento, identificação das necessidades e desenvolvimento do plano de ação das famílias (com e pela própria família).
- Potencializar a função de proteção e de socialização da família e da comunidade:*
- valorizar e estimular a participação tanto da figura materna quanto da figura paterna, respeitando a igualdade constitucional de direitos e responsabilidades;
 - tomar o grupo familiar como referência, entendendo-o como constituído por pessoas ligadas por vínculos afetivos (conjunto de vínculos);
 - valorizar a relação entre gerações, sua convivência e trocas afetivas e simbólicas;
 - valorizar a cultura do diálogo e dos direitos, combatendo também as formas de violência, discriminação e estigmatização social;
 - estimular as formas de solidariedade social que potencializam e protegem os direitos de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- Adotar metodologias participativas e dialógicas de trabalho com as famílias:*
- desenvolver um trabalho interdisciplinar (psicologia e serviço social) com uma compreensão de que a família atendida deve ser abordada na sua totalidade;
 - abordar no trabalho interdisciplinar questões de gênero, orientação sexual e étnica, fortalecendo os direitos de cidadania;
 - realizar trabalho com grupos de famílias ou seus representantes, fortalecendo a socialização e a definição de projetos coletivos;
 - problematizar as principais questões levantadas pelo(s) grupo(s);
 - partir da realidade vivenciada pelas famílias para organizar as discussões;
 - favorecer e incrementar a sociabilidade entre as famílias;
 - facilitar a definição de projetos coletivos e a viabilização de sua implementação;
 - utilizar de estratégias que estimulem a participação dos indivíduos nos grupos, procurando utilizar uma linguagem simples e de acesso a todos;
 - valorizar o saber popular fortalecendo os sujeitos estimulando o debate.
- (BRASIL, 2006: p. 27-30)

Com as diretrizes elaboradas pelo MDS, podemos observar que o trabalho com famílias e indivíduos deve ser primado pela sociabilidade e garantia de direitos das famílias e/ou indivíduos referenciados em cada território, entretanto os profissionais executores (gestores, coordenadores e funcionários), não poderão ter protótipos e estereótipos de famílias e indivíduos a serem trabalhados e devem respeitar todos, primando pela supremacia social e pela dignidade humana dos usuários da política de assistência social.

3.4. O TRABALHO REALIZADO COM FAMÍLIAS NAS CIDADES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E TREMEMBÉ.

3.4.1. Procedimentos da Pesquisa:

A pesquisa sobre o trabalho com famílias nas cidades de São José dos Campos e Tremembé fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, em que foi observada a conjuntura político-econômica de cada município, a atuação dos profissionais de Serviço Social articulando vários instrumentais de pesquisa: questionário, observação do pesquisador, roteiro de entrevista e entrevista. Seguindo a seguinte ordem cronológica:

Questionário: contendo questões abertas e fechadas que teve como propósito iniciar o contato com os sujeitos da pesquisa. A sua aplicação aconteceu em todos os CRAS's dos municípios da pesquisa, possibilitando traçar um perfil dos profissionais que posteriormente seriam escolhidos como sujeitos para a participação das entrevistas.

Observação do pesquisador: ocorreu durante todo o processo da pesquisa, gerando um diário de campo, que permitiu uma análise documental posteriormente.

Roteiro de Entrevista: o roteiro foi composto de perguntas semi-estruturadas, possibilitando, no ato da entrevista, uma flexibilidade de respostas do assistente social entrevistado; resultou em um diálogo entre o pesquisador e o pesquisado.

Entrevista: foi feita com datas e horários previamente agendados com os profissionais selecionados. A seleção dos assistentes sociais seguiu os seguintes critérios: tipo do vínculo empregatício, tempo de atuação nos equipamentos e a disponibilidade dos mesmos para a entrevista. O instrumental foi baseado em roteiro de questões abertas, possibilitando diálogos em que as conversas foram gravadas, com a autorização dos entrevistados e posteriormente transcritas, possibilitando a análise conjunta de fundamentação teórica para a conclusão da pesquisa.

Nem todos os profissionais que contribuíram para a pesquisa no primeiro momento – com as respostas dos questionários – participaram da entrevista. Entretanto, as análises de dados e a compreensão do trabalho apoiaram em todos os instrumentais utilizados.

3.4.2. Cenário de Pesquisa e observações do pesquisador:

TREMOMBÉ

Município intitulado como Estância Turística, desde 1993, pela lei Estadual nº 8.506/93. Atualmente sob a administração do Partido Verde (PV), sendo segundo mandato do atual prefeito. Com 41.159 habitantes, há apenas um Centro de Referência de Assistência Social que cumpre as exigências da PNAS estabelecida pela NOB/SUAS: Municípios de pequeno porte II, para executar as medidas de proteção social básica, deverá ter no mínimo 1(um) CRAS, para até 3.500 famílias referenciadas.

Para a pesquisa primeiramente, foi encaminhado um ofício ao Departamento de Ação Social – DAS do município para solicitar a coleta de dados no município. Para a autorização foi necessário a apresentação do projeto de pesquisa à Diretora do Departamento de Ação Social do município, cujo vínculo com a administração é o enlace matrimonial com o vice-prefeito do município. Na apresentação do projeto focando os principais aspectos da pesquisa, ressaltando a importância da coleta de dados no município.

A permissão do DAS possibilitou a aplicação da pesquisa no CRAS. Nesse primeiro momento, foi possível conhecer o local de instalação do CRAS, o número de profissionais que trabalham no local e obter os dados dos profissionais de Serviço Social através da aplicação dos questionários.

Nesse momento verifica-se que: o quadro funcional é composto por um profissional administrativo, um psicólogo, um assistente social e um coordenador com formação em Serviço Social.

Das instalações pode ser verificado que:

1 – O equipamento se localiza numas das áreas de maior vulnerabilidade do município; no entanto como é o único do município, o acesso está restrito aos demais municípios, pois está localizado em uma área isolada do centro urbano;

2 – O equipamento foi instalado em uma casa adaptada para seu funcionamento;

3 – A instalação do equipamento aconteceu em julho de 2008;

4 – Possui telefone;

5 – Possui um computador para todos os profissionais;

6 – Possui salas para atendimentos individuais;

7 – Para o atendimento coletivo e o trabalho em grupo é utilizada a “garagem” da casa adaptada.

Em contato telefônico com a assistente social da equipe do CRAS agendamos uma data e um horário para que fosse realizada a entrevista. E foram possíveis a obtenção de dados que complementaram o questionário.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS:

Município de grande concentração econômica, sob a administração municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo o segundo mandato do atual prefeito. Com 615.871 habitantes, há no município quatro CRAS, cumprindo com as exigências da PNAS, estabelecida pela NOB/SUAS: Municípios de grande porte, para executar as medidas de proteção social básica, deverão ter no mínimo 4 (quatro) CRAS, cada um com até 5.000 famílias referenciadas. O último CRAS foi inaugurado no ano de 2009.

Para o contato com os CRAS do município, foi necessária a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, para tal encaminhei um ofício à da Secretária Municipal da Assistência Social, que autorizou a coleta de dados e repassou a solicitação para os equipamentos e profissionais a serem sujeitos da pesquisa. Após a autorização segui a pesquisa em cada equipamento para a coleta de informações através do questionário que possibilitou o conhecimento de cada CRAS e suas principais características:

CRAS Eugênio de Melo:

Av. Ambrosio Molina, 330 – Eugênio de Melo

Tel.: 3905-2096 / 3905-2191

Eugênio de Melo, distrito do município de São José dos Campos localizado na zona leste – região considerada como centro industrial com a instalação de diversas indústrias aos arredores – com grande índice de vulnerabilidade, o CRAS está instalado desde setembro de 2007. Ele conta com uma equipe de duas assistentes sociais, um psicólogo, um administrativo e uma coordenadora com formação em Serviço Social; durante o período de pesquisa nesse equipamento só foi possível a coleta de dados de uma assistente social, pois a outra colega e a coordenadora estavam em férias.

Durante essa etapa foi possível a observação tanto da estrutura funcional do equipamento, como do desenvolvimento do trabalho no dia da coleta e verificamos que:

- 1 – Acontecia naquele momento atendimentos individualizados;
- 2 – O espaço do CRAS é anexo ao Centro Comunitário do Distrito;
- 3 – Existem salas para atendimentos individuais;
- 4 – Havia salas para atendimentos coletivos, reuniões e capacitações;
- 5 – Linha telefônica e computadores de utilização coletiva.

CRAS Dom Pedro I da Prefeitura Municipal de São José dos Campos:

Rua Gaudêncio Martins Neto, 21 – D. Pedro I

Tel.: 3966-4800 / 3966-1990 / 3966-1790 / 3966-1354

Dom Pedro I localizado na zona sul – região extremamente vulnerável e com altos índices de criminalidade. O CRAS está instalado desde maio de 2008. A equipe é composta por: três assistentes sociais, um administrativo e uma coordenadora com formação em Serviço Social. No momento da coleta de dados estavam presentes as três profissionais de Serviço Social, das quais, duas concordaram em participar da pesquisa, após a exposição do projeto de pesquisa.

Após o preenchimento dos questionários as assistentes sociais, sujeitas da pesquisa, apresentaram todo o equipamento e relataram os trabalhos desenvolvidos. Com isso, pôde ser observado que:

- 1 – No momento da Coleta de dados ocorriam atendimentos de acolhida;
- 2 – Que todas as profissionais identificam seu território de atuação; há no equipamento um mapa da região em que cada profissional tem uma cor e o seu território de atuação;
- 3 – Para o início dos trabalhos as profissionais mapearam o território que o CRAS iria atender e o subdividiram pelo número de profissionais;
- 4 – Todas as profissionais possuem computador próprio;
- 5 – Possui salas de atendimento individualizado;
- 6 – Possui salas para a equipe técnica;
- 7 – Possui sala de reuniões e atendimentos coletivos;
- 8 – Possui linha telefônica;
- 9 – Possui aparelhos de projeção de imagem;

- 10 – Possui parcerias com a UBS local e com as escolas do entorno;
- 11 – Realizam trabalho de referência e contra-referência.

CRAS Vila Industrial:

Rua Riskala José Neto, 160 – Vila Industrial

Tel.: 3912-3352 / 3906-0217

Vila Industrial é um bairro localizado na zona leste do município, numa região super populosa com um grande centro bancário e comercial que atende toda a região, e também com alto índice de vulnerabilidade. O CRAS está instalado desde maio de 2007, tendo sido o primeiro equipamento no município.

O equipamento conta com uma equipe técnica de três assistentes sociais, um psicólogo, um administrativo e uma coordenadora com formação em Serviço Social.

No momento da coleta de dados os profissionais do equipamento ficaram surpresos com a presença da pesquisadora, não haviam sido informadas da pesquisa pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Nesse momento, apresentei o e-mail de autorização da SMAS e relatei brevemente o objetivo da pesquisa.

Com a colaboração dos três profissionais, a pesquisa foi realizada e pode-se verificar que:

- 1 – O equipamento é uma casa adaptada, que segundo as profissionais o espaço físico é insuficiente pela demanda apresentada;
- 2 – Possui salas para atendimentos individuais;
- 3 – Possui uma sala para reuniões da equipe;
- 4 – Não possui lugar específico para atendimentos coletivos e reuniões com os usuários;
- 5 – A sala de espera é a antiga garagem da casa adaptada;
- 6 – Possui computadores individuais;
- 7 – Possui linha telefônica.

No momento da primeira coleta de dados, os profissionais informaram que a Secretaria de Assistência Social do município está providenciando um novo local para a instalação do CRAS na região para melhores condições de trabalho da

equipe e do atendimento às famílias referenciadas. Na segunda fase da pesquisa – as entrevistas – os profissionais não tiveram disponibilidade em atender.

CRAS Santa Rita da Prefeitura Municipal de São José dos Campos:

Praça Hélio Dias, 30 – Parque Santa Rita

Tel.: 3911-7651

O Bairro de Santa Rita localiza-se, na região sudeste do município, região desenvolvida e com instalação da empresa Embraer e o Centro Tecnológico Aeroespacial, grandes potências econômicas para a cidade e a região do Vale do Paraíba. O CRAS está instalado desde Abril de 2009 e sua equipe é composta por dois assistentes sociais, um administrativo, um psicólogo e uma coordenadora com formação em Serviço Social. Dos profissionais de Serviço Social que atuam no local, apenas uma se prontificou a preencher o questionário da pesquisa.

Foi a coordenação que nos apresentou o equipamento e relatou que, no momento da pesquisa, não havia um reconhecimento da população com o Centro de Referência, mas que a equipe estava em processo de planejamento e mapeamento do território a ser atendido pelo CRAS.

Nesse período pode-se observar pontos como:

1 – A falta de conhecimento por parte dos moradores do trabalho que está iniciando;

2 – Falta de repasse de informação por parte do governo municipal do trabalho a ser implantado na região;

3 - O equipamento funciona junto com o Centro Comunitário do Bairro que desenvolve trabalhos com crianças, adolescentes e jovens.

4 – O público usuário dos serviços prestados são pais das crianças, adolescentes e jovens que utilizam o equipamento;

5 – A coordenação e a equipe técnica estavam em processo de planejamento da ação a ser desenvolvida no local.

6 – O equipamento possui salas individuais para atendimentos;

7 – Possui salas para atendimentos coletivos e reuniões;

8 – Possui quadra poliesportiva;

9 – Possui cozinha comunitária;

10 – Possui telefone;

11 – Possui computadores individuais para a utilização dos profissionais.

Nesse CRAS a coordenação acredita que o público não serão usuários vulneráveis economicamente, no entanto, cabe lembrar que o trabalho dos profissionais no CRAS não se restringe ao trabalho com indivíduos e famílias vulneráveis apenas economicamente.

3.4.3. Os profissionais executores da Política de Assistência Social:

No universo de 5 CRAS, com total de 11 assistentes sociais, apenas 8 concordaram em participar da pesquisa, com isso pudemos observar alguns dados importantes:

- A média do tempo de graduação das profissionais é de 15 anos;
- 75% dos profissionais de Serviço Social são prestadores de serviços para os órgãos municipais por intermédio de outras instituições ou por contratos temporários;
- Possuem uma média de atuação profissional de 7 anos, uma diferença considerável frente ao tempo de graduação. Isso significa que os profissionais não se inseriram no mercado de trabalho como assistente social logo após a graduação;
- Tempo médio de atuação no CRAS de 18 meses;
- 50% das entrevistadas possuem pós-graduação em nível de especialização;
- Das profissionais com pós-graduação, 100% em pós-graduação em terapia de família.
- 87,5% afirmam que realizam leituras constantes;
- 62,5% realizam leituras específicas ao trabalho profissional;
- 25% realizam outros tipos de leitura;
- 12,5% não realizam leituras;

Conhecimento da Política Nacional de Assistência Social – PNAS:

- 50% consideram que conhecem razoavelmente o documento;
- 37,5% consideram ter um bom conhecimento do documento;
- 12,5% consideram que possui pouco conhecimento do documento;

- Conhecimento da NOB/SUAS:
- 62,5% consideram ter um conhecimento razoável do documento;
- 25% consideram ter um bom conhecimento;
- 12,5% consideram ter pouco conhecimento;
- Conhecimento da NOB/RH:
- 62,5% consideram ter um conhecimento razoável do documento;
- 25% consideram ter um bom conhecimento;
- 12,5% consideram ter pouco conhecimento;
- Avaliação do Trabalho com famílias:
- 62,5% avaliam o trabalho executado como BOM;
- 25% avaliam como Muito Bom;
- 12,5% não fizeram nenhum tipo de avaliação;

Percebe-se com estes dados que o perfil dos profissionais executores da política de assistência social, não é de profissionais recém formados, pois em sua maioria, possuem uma trajetória de vida profissional e pessoal significativa. Muita delas, 50% como apresentado anteriormente, não realizaram nenhum tipo de especialização ou continuidade na qualificação acadêmica; e os profissionais que assim fizeram, optaram por uma especialização baseada na teoria sistêmica, cabe lembrar que isso influenciará e muito no desenvolvimento do trabalho com famílias.

Quando perguntamos sobre o conhecimento das publicações oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS para o desenvolvimento da política de assistência social, nenhum profissional afirmou o conhecimento pleno dos documentos. Isso pode ocasionar desentendimentos interpretativos quanto aos objetivos e metodologias orientadas pelos documentos para o planejamento e desenvolvimento das ações e trabalhos com famílias e indivíduos nos CRAS.

3.4.4. O trabalho com famílias nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS no Vale do Paraíba:

Como pôde ser observado no item anterior, a avaliação dos profissionais executores da política de assistência social está entre um trabalho bom e um trabalho muito bom. Entretanto, não há um conhecimento claro da população

usuária dos serviços prestados pelos centros de referência. Isso fica claro no momento em que o sujeito justifica sua avaliação como “*bom*” para o trabalho executado no CRAS com os indivíduos e famílias do território afirmando: “*Bom, dentro das nossas condições de atendimento, podemos avaliar como bom, embora não tenhamos ainda o mapeamento dos bairros feitos, nem a verba destinada aos trabalhos realizados ao CRAS.*” (Sujeito A, 2009).

No entanto afirma-se também que o trabalho do CRAS é bom, “*porque propicia estar mais próximo da problemática vivenciada pelas famílias, e poder intervir mais rápido, inserindo-as em projetos/programas sociais.*” (Sujeito B, 2009).

No momento da justificativa da avaliação com trabalho executado com famílias, o profissional entende que intervir com agilidade e rapidez significa inserir as famílias em projetos e programas sociais. Não se quer dizer com isso que o desenvolvimento dos programas e projetos não seja importante para o desenvolvimento da política de assistência, entretanto, a ação profissional não pode ser restrita à inserção de indivíduos e famílias em programas e projetos sociais.

As propostas metodológicas do MDS priorizam um trabalho com indivíduos e famílias no CRAS, que estimule o reconhecimento da cidadania e faça com que os usuários sejam protagonistas na construção de alternativas para superarem as vulnerabilidades coletivas do território em que vivem.

Algumas respostas da ação profissional avaliam também o papel do CRAS. Como, por exemplo: “*O CRAS possibilita acompanhamento mais próximo da família, compreensão de toda sua dinâmica, atendimento extensivo aos demais familiares promovendo o favorecimento de espaços de acolhimento e reflexão sobre suas demandas (da família) e monitoramento dos encaminhamentos.*” (Sujeito D, 2009).

Outro ponto que favorece a avaliação como um trabalho “muito bom”, é o fato dos profissionais e/ou a equipe técnica buscarem capacitações para a realização e o desenvolvimento do trabalho.

E a família? Qual a concepção de família dos profissionais do Serviço Social, executores da política de assistência social? Para esses profissionais existe um “modelo” de família a ser seguido?

Observamos que todos os profissionais afirmaram tanto nos questionários como nas entrevistas que não há um modelo de família a ser seguido, e que o trabalho deve ser planejado considerando “*os diversos arranjos familiares e para*

cada família temos uma visão da sua realidade o que faz a nossa prática totalmente dinâmica, não tendo um roteiro padrão a seguir.” (Sujeito B, 2009).

É consenso entre os profissionais do Serviço Social, executores da política de assistência social que independente das configurações familiares, todas as famílias devem ser atendidas pelos CRAS.

A visão dos profissionais para iniciar os atendimentos com as famílias condizem com a proposta do SUAS que consiste: em trabalhar com a família independentemente de sua formação, identificando as condições, as potencialidades e as necessidades das famílias a serem atendidas, levando a afirmação que deve trabalhar nas famílias *“com todos os seus elementos e componentes”* (Sujeito D, 2009).

Como é realizado o trabalho com as famílias? E quais são as famílias atendidas pelos equipamentos?

O trabalho acontece com as famílias em situação de descumprimento com o Programa Bolsa Família, como afirma a NOB/SUAS e deve ser prioritário com aquelas em descumprimento com as condicionalidades. No entanto, essa não deve ser a única “porta de entrada” para os indivíduos e famílias que necessitam da política de assistência social.

Os profissionais realizam outros trabalhos, como o atendimento de acolhida, encaminhamentos e indicação aos programas sociais. Isso pôde ser observado quando analisamos a fala de uma das entrevistadas que foi indagada acerca de como é realizado o trabalho com famílias no CRAS em que atua?

Então, a gente trabalha com atendimento de acolhida que é para orientação, encaminhamento e indicação para programas sociais, cadastros em programas sociais e situações diversas de usuários que são da assistência e de usuários que não são da assistência, mas de repente querem uma orientação que às vezes nem é da área também social, é questão jurídica, mas aí a gente atende, conversa e orienta onde é que pode procurar ajuda, pois o serviço social não tem o que fazer por que não é da área. A gente tem um acompanhamento, das famílias do Bolsa Família que estão em descumprimento das condicionalidades que algumas situações específicas, vai e faz avaliação, vê o que está acontecendo por conta do descumprimento, a falta, geralmente a principal é a falta dos filhos na escola, a gente vai verificar o que está acontecendo, o que a gente pode estar atuando, intervindo a gente faz, encaminha as famílias para o setor responsável aqui para validação de cadastros, entrar com o recurso, por que só o relatório da gente não dá, ela também tem que tomar algumas providências e algumas delas a gente faz o acompanhamento, para ver se aquela situação de vulnerabilidade a gente consegue ajudar. Tem coisa que é da família mesmo, então vem orienta, visita, faz contato com a escola, mas a família que tem um pouco de dificuldade então demora um pouco

mais essa intervenção, então a gente faz acompanhamento, não em todas por que nós somos uma equipe de psicólogos, 3 assistentes sociais, duas que é de referência das famílias e uma da coordenação, então nós somos duas do atendimento mesmo da população, da comunidade aqui, do território. Então a gente atende aquelas situações de maior vulnerabilidade do Bolsa Família que estão em descumprimento, daí é que estão os acompanhamentos. E os programas sociais que a gente também acompanha que é o Renda Mínima, Bolsa Auxílio Qualificação, às vezes a gente acaba não fazendo acompanhamento porque a equipe do programa também é pequena, eles passam por atendimentos com a gente e a equipe do programa resolve questões direcionadas ao programa, faltas deles, das pessoas, onde ele está e a gente faz o atendimento normal de orientação. Em relação ao programa Bolsa Auxílio, daí é com a assistente social de referência do programa, no nosso caso que ela está direto lá no centro comunitário e a gente tem grupo, nós iniciamos com o grupo de famílias do Bolsa Família que estava disposto no momento de convivência, o ano passado nós não trabalhamos com o grupo de convivência, nós trabalhamos com as famílias individualmente, cada qual seu problema de descumprimento então a gente não trabalhou com o grupo, mas em 2008 nós trabalhamos com o grupo. Então as famílias que estavam em descumprimento, nós fizemos um grupo e trabalhamos, a proposta era 6 meses, agora o ano passado não, foi individualmente com as famílias.(SUJEITO F, 2010).

Verifica-se também na própria fala desse sujeito que não há uma diretriz do próprio CRAS para o trabalho com famílias, é observado que em um determinado período trabalharam em grupos e depois com as famílias individualmente. Entretanto, a proposta do MDS para o trabalho com famílias não é um trabalho individualizado com cada família e sim um trabalho que proporcione ao indivíduo e as famílias a convivência comunitária, possibilitando o reconhecimento da cidadania como sujeitos de direitos. Resultando, numa ação em que os indivíduos famílias sejam protagonistas de suas reivindicações para as conquistas dos direitos necessários a superação das vulnerabilidades individuais e coletivas. Nessa perspectiva, a proposta do MDS é:

- realizar trabalho com grupos de famílias ou seus representantes, fortalecendo a socialização e a definição de projetos coletivos;
 - problematizar as principais questões levantadas pelo(s) grupo(s);
 - partir da realidade vivenciada pelas famílias para organizar as discussões;
 - favorecer e incrementar a sociabilidade entre as famílias;
 - facilitar a definição de projetos coletivos e a viabilização de sua implementação;
 - utilizar de estratégias que estimulem a participação dos indivíduos nos grupos, procurando utilizar uma linguagem simples e de acesso a todos;
 - valorizar o saber popular fortalecendo os sujeitos estimulando o debate.
- (BRASIL, 2006: p. 27-30)

O trabalho de grupo na perspectiva crítico dialético nas sociedades contemporâneas fundamenta-se na *práxis* histórica:

A obra de Sartre resgata a compreensão sobre os grupos nas sociedades contemporâneas fundamentando-se na práxis histórica dos grupos, ou no que Sartre denomina de grupo em fusão como um momento importante de práxis humana que funda historicamente as transformações e os movimentos sócio-institucionais.

A perspectiva sartreana valoriza a ação histórica dos grupos e a práxis social humana em sua dimensão coletiva. E o faz a partir de descrições sobre a Revolução Francesa enquanto movimento popular e movimento de massa.

Contudo, a perspectiva de ação grupal e coletiva (no âmbito sócio-organizacional) também é valorizada na Análise Institucional como ação histórica no âmbito da reinvenção sócio-institucional. A dimensão sócio-institucional é valorizada no intuito de focalizar os processos grupais enquanto processos constitutivos das formas organizacionais, como “instâncias” importantes para os estabelecimentos sociais. Ou seja, também está em questão, no âmbito da Análise Institucional, a potencialidade da práxis humana enquanto movimento contínuo, como ação ampliada nas formas organizacionais geradas, e que passam a influenciar o próprio movimento do qual emergem. (EIRAS, 2006).

Em outros CRAS, a ação está segmentada no trabalho com grupos por faixas etárias e gêneros: *“a gente trabalha junto a um grupo de senhoras, nos temos um grupo de crianças e adolescentes...”* (Sujeito A, 2010).

O acompanhamento das famílias e do trabalho de referência e contra-referência não acontece em todos os CRAS, o que acontece são encaminhamentos para a rede de serviços. No entanto, não ocorre um acompanhamento conclusivo dos encaminhamentos realizados, estes são *“encaminhamentos de recursos, de educação, esse é o trabalho que a gente faz...”* (Sujeito, A, 2010).

Com relação ao perfil das famílias, as respostas dos profissionais apresentam muitas concordâncias tanto nos questionários como nas entrevistas que afirmam que são: *“Famílias em situações de vulnerabilidade e/ou extrema vulnerabilidade, tendo prioridade as inseridas no Programa Bolsa Família. São Diversos Arranjos familiares, como mães com filhos, idosos com netos, casal com filhos e outros”.* (Sujeito, B, 2009)

Reforçando esse perfil encontram-se afirmações como:

Olha, família hoje não é mais aquele negócio tradicional, só o pai, a mãe e o filho, hoje você encontra famílias onde avós que cuidam, tios que cuidam, geralmente a mãe, o perfil é mulher sozinha de um companheiro, então geralmente quando faz o cadastro, quando ela é inserida no grupo, que você vai informar se é de família oculta, então ela na hora do cadastro ela vem sem marido, sozinha né, aí ela é inserida. Depois quando você começa a fazer as pesquisas de rotina você percebe que ela tem companheiro. Mas o perfil é de perfil de mulheres sozinha, não deixando também de existir

aquelas que se arranjam, mas no geral são famílias sustentadas por mulheres. (SUJEITO C, 2010)

Visualizando um cenário de construção dos trabalhos de interpretação das diretrizes de capacitação do MDS com as equipes dos CRAS, indagamos, durante as entrevistas, como foi o processo de instalação e planejamento das ações no território. As respostas foram bem diversificadas:

Nós tivemos duas capacitações, uma foi a assessoria de como fazer a implantação do CRAS, que começou um pouco diferente, aqui depois que nós fizemos a consultoria para que a gente pudesse entender o que era o CRAS então a gente começou já com a instalação do CRAS... E qual o serviço do CRAS. Depois a gente teve também outra capacitação, que foi como trabalhar. (SUJEITO C, 2010).

Outra afirmação sobre a instalação e o planejamento foi:

A gente tem as diretrizes básicas do trabalho com o CRAS, os grupos que podem estar sendo desenvolvidos, como é formado esse grupo, qual o objetivo de cada grupo, então nós tomamos como princípios as normas mesmo, as diretrizes do PAIF para trabalhar com o CRAS, e assim o que nós tivemos mais dificuldades é de trazer as famílias para o CRAS... Então a gente ainda pensa umas estratégias de chamar, daí a gente vê que não deu muito resultado a gente corre para outra então a gente tá meio assim, a gente tem as diretrizes, agora como trazer essa família? Daí, a equipe do CRAS que tem que estar pensando de acordo com cada território, então isso é complicado, e acho que é só com o tempo mesmo que vão se apropriando com o que é o CRAS, às vezes tem pessoas que vem aqui e não sabem o que é alguém falou e veio, então acho que é com o tempo que a gente vai conseguir ter uma participação maior. (SUJEITO F, 2010)

O que se verifica é que não há uma homogeneidade para pensar nas instalações dos CRAS. Entendemos que a dinâmica em cada território seja diferente, entretanto cabe ao poder municipal instruir e capacitar os profissionais antes da instalação dos CRAS. Os profissionais, por sua vez, antes de iniciar suas ações no território, devem conhecê-lo, devem conhecer também os indivíduos e as famílias, para fazer um planejamento de suas ações.

Outro fato de grande importância observado no processo desta pesquisa foi sobre o embasamento teórico que os profissionais afirmam utilizar para o desenvolvimento do trabalho com famílias.

Como já apontado 50% dos profissionais realizaram pós-graduação em nível de especialização com ênfase em terapia familiar. Esta tem como aporte teórico a teoria sistêmica, baseada na teoria de sistemas:

Um sistema pode ser definido como um complexo de elementos em interação mútua. Esta definição pode ser aplicada para o indivíduo, para a família ou mesmo para a sociedade. Cada sistema pode se constituir de sub-sistemas e estar inserido em outros sistemas maiores.

Nesta perspectiva, a família pode ser vista como um sistema que é parte de um outro maior e composto de muitos subsistemas. A família é composta de muitos subsistemas, como subsistemas mãe e filho, o casal e os irmãos. Ao mesmo tempo, a família é uma unidade que faz parte de um supra-sistema que é composto pelos vizinhos, organizações, Igrejas, instituições de saúde, escola, etc. As fronteiras entre esses sistemas são definidas arbitrariamente e ajudam estabelecer quem está dentro e fora do sistema familiar e quais subsistemas e supra-sistemas são importantes para a família num determinado momento. (GALERA e LUIS, 2002)

Na perspectiva da teoria sistêmica a família é conceituada como um subsistema com a seguinte definição:

A família é definida como um grupo de indivíduos vinculados por uma ligação emotiva profunda e por um sentimento de pertença emotiva profunda e por um sentimento de pertença ao grupo, isto é, que se identificam como fazendo parte daquele grupo. Esta definição é flexível o suficiente para incluir as diferentes configurações e composições de famílias que estão presentes na sociedade atual.

Uma analogia útil para compreender os conceitos da teoria de sistemas aplicados à família é a comparação com o móbile. Observando-se um móbile suspenso no ar vemos que ele é composto de várias peças se movem, umas mais rapidamente do que outras. Colocando-se a mão em uma das peças imediatamente influenciaremos os movimentos de todas as outras e, após algum tempo, o móbile retoma seu movimento balanceado, mas não necessariamente na mesma direção de antes de ser tocado.

Assim como o móbile, a família é um todo composto de vários elementos ou membros. Uma mudança em um de seus membros afeta todo o grupo. Porém, a família tem habilidades para criar um balanceamento entre mudanças e estabilidade. Por exemplo, a ocorrência de doença mental é reconhecida como uma sobrecarga, um estresse para toda a família. No início da doença ocorre uma desorganização familiar e, posteriormente, a família consegue reorganizar-se priorizando o cuidado de seu familiar portador de doença mental. (GALERA e LUIS, 2002).

Nota-se que a compreensão e a concepção do trabalho com famílias, na perspectiva da teoria sistêmica vão confrontar-se com as bases teórico metodológicas do projeto ético político da profissão do Serviço Social brasileiro. O que também pode ocasionar propostas de ações no trabalho com famílias nem sempre adequadas às propostas do MDS, isto é, o que refere se nos documentos oficiais para o desenvolvimento do SUAS. Em nenhum momento, os documentos oficiais referem que o desenvolvimento das ações e serviços prestados pelos CRAS enfatize atendimentos terapêuticos para os indivíduos e famílias em seus territórios.

Durante a pesquisa, questionamos qual a abordagem teórica adotada pelos sujeitos para desenvolver o trabalho com famílias nos CRAS, e obtivemos respostas como: *“A abordagem mais utilizada é a sistêmica”* (SUJEITO H, 2009). Ou então *“dialética, sistêmicas, pesquisas diversas, literatura do Serviço Social, literatura da psicologia, sociologia e direito, entre outras pesquisas”*. (SUJEITO D, 2009)

Em outras respostas não há uma clareza quanto à teoria adotada pelo profissional, não há afirmações se adotam teorias crítica dialética ou sistêmica há afirmações como: *“Utilizo a experiência e leitura de livros e palestras/capacitações fornecidos pelo poder público”* (SUJEITO C, 2009).

Como a metodologia adotada para a pesquisa, proporcionou a possibilidade de reafirmação das questões em momentos diferentes, na entrevista reafirmamos a questão sobre a abordagem teórica utilizada para a execução do trabalho com famílias e o mesmo sujeito em diálogo apresenta a seguinte resposta:

Eu sinceramente sabe, não sou uma daquelas que vive com o livro debaixo do braço. Eu me formei em 83 e vim a trabalhar depois de 9 anos passei no concurso mas eu uso muito o bom senso, entendeu? É claro as capacitações que a prefeitura faz são muito boas, mas você tem que aliar sua consciência de vida não colocando os seus valores. Esse curso que eu fiz de gestão pública foi muito bom, primeiro por ensinar a gente trabalhar múltiplas disciplinas e segundo que você tem uma gama de informações enquanto programa de sustentabilidade sabe, quando você vai fazer um plano para a população você tem que o entorno, o perfil daquela comunidade, não é só porque o governo mandou fazer isso que você vai fazer do jeito que está ali no papel, não, você tem que fazer o que é de mais interesse daquela comunidade e daquela família. E vários problemas dos parâmetros sociais que regem a lei federal que a gente não pode fugir, mas a gente tem que ter discernimento da realidade social de onde está trabalhando e não precisa de um livro. (SUJEITO C, 2010)

Nota-se outra questão importante na afirmação do profissional, quando se diz: *“tem que ter discernimento da realidade social de onde está trabalhando e não precisa de um livro.”* (SUJEITO C, 2010). Considero uma afirmação grave, que aponta o despreendimento da associação entre a teoria social e a prática profissional. E isso não aparece como perfil ou fala apenas de um profissional, outro afirma nessa mesma questão o seguinte:

Eu tenho trazido comigo conhecimento mesmo prático, não tenho usado nada teórico, nada assim de muito lógico assim não. Mas de conhecimento que eu tenho né, porque cada área é cada área, a gente vai trabalhando conforme a gente vai vendo, mas lógico que a gente busca, conhecimentos através dos cursos que são oferecidos que a gente possa ir fazendo, a gente está sempre buscando nas leis, ler, consultar o código de criança que a gente usa, o código do assistente, então a gente procura se orientar bem,

estar meio amparado, mas é prática mesmo em cada local a gente vai se adequando, a cada local que a gente trabalha. (SUJEITO A, 2010).

Não podemos afirmar que o desprendimento da relação entre o embasamento teórico com a prática seja apenas aos profissionais de Serviço Social executores e atuantes na política de assistência social. Pode ser um fato extremamente preocupante dentro da categoria profissional, no entanto a categoria deve ter clareza que:

O Serviço Social é uma profissão marcadamente interventiva, exigindo do profissional uma ação competente, com consistência teórica e argumentativa. Porém isso não significa que a intervenção deva ser reduzida à realização de atividades dirigidas aos usuários. Ao contrário, faz-se necessário uma profunda e profícua relação entre o fazer e o saber de modo a garantir a explicitação da ação desenvolvida pelo assistente social. (TORRES, 2006: p. 27).

Portanto para formalizar a relação do “fazer e saber” profissional no trabalho com famílias, é necessário pesquisar e contextualizar o momento de diversas transformações, tanto no mundo do trabalho, como na sociedade. O profissional que realiza sua prática interventiva deve entender e contextualizar a situação vivida por cada família individualizada, e sem pré-conceitos, favorecendo a convivência comunitária e a superação coletiva de vulnerabilidades do território.

Portanto, não devem realizar os trabalhos sociais como se fossem uma produção industrial, em que todas as famílias devam ser iguais e que toda e qualquer demanda deva ser trabalhada da mesma maneira.

O assistente social para toda a atuação profissional deve instrumentalizar-se teoricamente para realizar a ação interventiva. No desenvolvimento da política de assistência social, o profissional deverá entender e compreender as transformações societárias e familiares ocorridas na sociedade brasileira contemporânea.

Fato de grande relevância, a ser também considerado, é o posicionamento dos profissionais diante das exigências das instituições que os contratam, Torres, em sua tese, apresenta o perfil dos profissionais do cone leste paulista, que abrange as cidades do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte, e afirma que: “[...] a profissão consolida um perfil historicamente construído junto às organizações estatais e/ou mantidas pelo Estado. O exercício profissional se forja vinculado e submetido aos determinantes da organização que contrata os serviços do assistente social” (TORRES, 2006 p:77).

A falta de investimento e incentivo das organizações contratantes para a continuidade da qualificação profissional e para a exigência de uma postura dessas instituições em “fazer” com que os profissionais tomem um posicionamento em favor da ação política e partidária que desenvolvem faz com que os profissionais se distanciem dos apontamentos teóricos.

E dentro da proposta da metodologia crítica dialética, (que tem como objeto do seu trabalho as relações sociais sob o prisma das relações de classe, no vértice Totalidade X Particularidade e na relação Fenômeno X Problema⁴⁹), os profissionais devem ter clareza de que se faz necessário a compreensão da teoria para subsidiar a prática profissional.

No entanto, não haverá em nenhum momento e não é essa a proposta de haver, “manuais” de atuação e intervenção para os profissionais de Serviço Social, em quaisquer áreas de atuação profissional. Isto faz compreender que: as publicações do MDS são propostas metodológicas, para subsidiar aos profissionais a elaboração de planos, projetos de trabalhos na execução e efetivação da Política de Assistência Social.

Portanto, a construção desse trabalho em nenhum momento buscou dizer o que é certo ou o que é errado na ação e na execução do trabalho com famílias e nem ao menos esgotar o assunto nas linhas construídas nesta dissertação e sim proporcionar através das afirmações aqui realizadas, inquietudes e questionamentos que serão elencados nas conclusões finais desse trabalho.

⁴⁹ Trecho extraído do material preparado, pela mestrandia para lecionar a disciplina de fundamentos do Serviço Social, durante a prática do estágio docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de Mestrado nasceu a partir da finalização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na graduação em Serviço Social. Nesse processo, realizei a Pesquisa com o tema família e suas novas configurações, com foco principal no que se caracteriza como família recomposta a partir do adolescente com pais que se separam e assumem novos relacionamentos.

Após a graduação continuei a participar das atividades da Universidade e das discussões sobre a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), participando de diversas discussões e seminários no início da implantação da PNAS e na instalação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em todos os debates, o questionamento principal era a proposta central da PNAS que focaliza o trabalho profissional dos técnicos envolvidos nos CRAS com o trabalho sociofamiliar⁵⁰.

O interesse em pesquisar sobre o tema da família no Serviço Social é algo que vem desde a graduação, porém durante o processo de construção do TCC, como o título: Como se dá a comunicação do Adolescente numa família recomposta. E com a pesquisa bibliográfica realizada, foram encontradas poucas obras sobre a temática. Além disso, a nossa proposta da PNAS me trouxe os seguintes questionamentos: Como o assistente social irá desenvolver ou como ele está realizando o seu trabalho com famílias? Que aporte teórico metodológico ele encontra para realizar seu trabalho de informação, orientação e intervenção junto ao usuário? Os profissionais do Vale do Paraíba estão participando das discussões e de capacitações para a efetivação da PNAS? Essas capacitações correspondem a um atendimento coletivo e emancipatório ou a um atendimento assistencialista terapêutico?

Tais questionamentos tornaram-se inquietudes de como seria o trabalho com famílias nos CRAS, e isso estimulou a construção de um projeto de pesquisa que foi apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ao Programa

50 A PNAS traz que: " A centralidade da família é garantida à medida que na Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária.

de pós-graduação em Serviço Social, no intuito de conhecer o desenvolvimento do trabalho dos assistentes sociais envolvidos com a política de assistência social.

Portanto, a dissertação cujo tema é “*O Desafio do Trabalho com Famílias na Política de Assistência Social no Vale do Paraíba*”, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP, resulta de pesquisas bibliográficas e de campo, em que obteve apoio do CAPES e CNPQ, agências de fomento à pesquisa.

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa de campo foram fundamentados no conceito de pesquisa qualitativa, para tal a conjuntura político-econômica de cada município foi observada, assim como a atuação dos profissionais de Serviço Social. Vários instrumentais de pesquisa foram utilizados e articulados, alguns deles são: questionário, contendo questões abertas e fechadas; observação do pesquisador, com a elaboração de diários de campo; roteiro de entrevistas, elaborados em questões semi-estruturadas; entrevistas, baseada no roteiro de entrevistas, possibilitando um diálogo entre o pesquisado e o pesquisador.

No primeiro momento da pesquisa, a aplicação dos questionários, houve a resistência de dois profissionais para o preenchimento e a impossibilidade de um profissional por motivo de estar em férias. No entanto, houve adesão da maioria dos profissionais que trabalham nos CRAS e todos se mostraram muito interessados em participar e obter o resultado da pesquisa.

No segundo momento, o das entrevistas, não foi possível a coleta de dados em duas unidades de CRAS da cidade de São José dos Campos, uma porque o profissional informou não ter tempo hábil de instalação no CRAS para contribuir na pesquisa, e outro porque estava em período de mudança do local de instalação e em planejamento de melhorias nos atendimentos aos usuários da política de assistência social.

Como resultado das pesquisas bibliográficas e de campo, se constrói o trabalho de dissertação contendo três capítulos:

No primeiro capítulo, resultado da pesquisa bibliográfica, elaboramos um breve histórico sobre a profissão do Serviço Social. Compreendemos que a profissão não surge desvinculada da conjuntura social e política da época, o Serviço Social é uma profissão inserida no desenvolvimento das relações sociais e a prática dos profissionais consiste em atender indivíduos e famílias atingidos pelas mazelas da questão social.

Entendemos que para uma análise do desafio colocado de se desenvolver um trabalho com famílias no âmbito das Políticas Sociais e especialmente no da Política de Assistência Social na contemporaneidade, havia a necessidade de compreender a história da profissão, seu percurso, as influências teórico-metodológicas, o processo de ruptura e os seus novos direcionamentos éticos políticos. Isso justifica a construção do primeiro capítulo como um breve histórico da profissão do Serviço Social no Brasil.

Conclui-se que as mudanças e alterações ocorridas na profissão não acontecem isoladamente, há um tensionamento do Estado para que a profissão assuma as ações de atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Conseqüentemente, para entender os meandros da Política de Assistência Social no Brasil e para a compreensão do SUAS, realizamos uma pesquisa bibliográfica que permitiu a construção dos caminhos percorridos para o desenvolvimento e o reconhecimento da assistência social como uma política social.

Ainda nesse momento, compreendemos que os profissionais de Serviço Social tiveram importante protagonismo para o reconhecimento da assistência, como uma política social. Assim, esse reconhecimento contou com o engajamento de profissionais que atuavam na área e de grupos organizados na sociedade lutando para trazer a assistência Social para o campo dos direitos e da Política Pública. Luta essa que não se encerrou com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Após a aprovação da LOAS vieram as lutas para a efetivação do que ela determina, com a realização de encontros, seminários, conferências, para em 2004, se aprovar a Política Nacional de Assistência Social que estabelece um Sistema Único de Assistência Social, proporcionando uma gestão descentralizada e ações planejadas e direcionadas à realidade de cada território brasileiro.

O SUAS com a sua efetivação e implantação tem como estratégia a tentativa da superação histórica das ações assistencialistas exercidas pelo Estado e pela sociedade chegando ao reconhecimento da Assistência Social como uma política social pública. O SUAS busca com isso fazer com que as ações sociais sejam elaboradas e executadas independentes das vontades políticas partidárias, fazer com que ela se torne uma política de Estado e não uma política de governo.

No terceiro capítulo, além da pesquisa bibliográfica para a construção de algumas reflexões teóricas sobre a família na contemporaneidade, apresentamos a

pesquisa de campo da atuação profissional dos assistentes sociais nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, na Proteção Social Básica, da Política de Assistência Social.

Num primeiro momento compreendemos que a família é um grupo de pessoas em constante mudança, decorrente da reprodução das relações econômicas. No entanto, esse não deve ser considerado o único fator a ocasionar as alterações, a mudança é recorrente também das relações de afinidades e de convivência entre as pessoas. Sendo possível afirmar que: para o profissional do Serviço Social realizar o trabalho com famílias, ele não deve ter consigo um “modelo padronizado e estereotipado de família.

Constatamos ainda que, as famílias podem ser um grupo de pessoas com relações conjugais; com laços sanguíneos; ou pode ser simplesmente um grupo de pessoas que se reúnem para subsidiarem a sobrevivência umas das outras, dentro da lógica do grande número existentes de pessoas na situação de subalternos na sociedade; ou unem-se por questões de afinidades pessoais, ocasionando melhores condições de vivência.

No que se refere à pesquisa de campo, podemos observar e compreender que:

A região, embora seja significativamente desenvolvida, possui um número representativo de pessoas em diferenciadas situações vulneráveis, desde indivíduos e famílias que necessitam de apoio ou recurso material, até indivíduos e famílias que não possuem mais nenhum tipo de vínculo social e afetivo com a sociedade na qual se inserem. Isso nos faz afirmar que mesmo cumprindo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, no que refere se ao número de CRAS que cada município deva ter, os CRAS instalados ainda não são suficientes para atender toda a demanda das famílias dos municípios.

Os profissionais do Serviço Social que compõem a equipe técnica dos CRAS necessitam de investimentos, tanto do poder público federal como do municipal, para realizarem capacitações profissionais que os estimulem e os auxiliem no desenvolvimento do trabalho com indivíduos e famílias. Além disso, é necessário que o planejamento e as ações favoreçam o desenvolvimento do protagonismo individual e coletivo dos usuários da assistência social e que fortaleça os vínculos comunitários proporcionando reivindicações coletivas para a superação das vulnerabilidades comuns do território.

No entanto, a região do Vale do Paraíba é uma região historicamente conservadora, pela constituição dos municípios, que estão vinculados ao desenvolvimento religioso. A região concentra os grandes centros religiosos católicos do país, como o santuário de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida; o núcleo Canção Nova, na cidade de Cachoeira Paulista, e em todas as cidades o culto religioso é culturalmente inserido na vida de todas as pessoas que ali residem.

O cenário apresentando incide não só na atuação profissional do Serviço Social, como também no reconhecimento por parte da população da assistência social como política social. A visão da população ainda está centrada no atendimento caridoso às famílias e indivíduos que não tem condições de subsidiar seu próprio sustento.

Há um distanciamento dos profissionais de Serviço Social da relação entre a teoria e a prática, não havendo a preocupação de subsidiar a atuação profissional com conceitos teóricos metodológicos, assumido pela categoria profissional.

E no que se refere ao trabalho com famílias no CRAS, o que vem sendo desenvolvido está voltado apenas às ações com as famílias em descumprimento às condicionalidades do Programa Bolsa Família. As famílias, que não se encontram nessa situação têm apenas atendimentos pontuais.

É claro que a conclusão desse trabalho não esgota a discussão sobre o assunto e também não podemos esquecer que o SUAS ainda está em tempos de implantação, o que nos remete a continuar com as capacitações, discussões sobre os trabalhos e a ação com as famílias e indivíduos nos CRAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez; IEE – PUC-SP, 2007.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia Das Origens A Araxá**. 5 ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba, SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito família. In: SALES, Mione Apolinário Sales; MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. (p. 131-190).

ARREGUI, Carola Carbajal e BLANDES, Denise Neri (Orgs.). **Metodologias do Trabalho Social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006 – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME e Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. CapacitaSUAS; v. 1. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Lei Orgânica da Assistência Social**. 5 ed. Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social: Orientações Técnicas** para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Orientações para o Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: _____ . **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-22.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. ; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Desigualdade e Questão Social**. 2. Ed. São Paulo: EDUC, 2007.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da Costa. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). **Família Brasileira a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

GRESS/SP Conselho Regional de Serviço Social 9ª região. **Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social**. 3 ed. rev. Atual e ampl. Até dezembro de 2007. – São Paulo: O Conselho, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

EIRAS, Alexandra Aparecida Toffanetto Seabra. **Grupos e Serviço Social: Explorações Teórico-Operativas, o Caminho a Percorrer**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (TD).

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In **Serviço Social e Sociedade** 84. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

_____. Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. In **Serviço Social e Sociedade** 24. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Vicente de Paula. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1981.

KATZ, Claudio ; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou Crise do Capital?** 2 ed. São Paulo: Xamã, 1996.

GALERA, Sueli Aparecida Frari; LUIS, Margarita Antonia Villar. **Os conceitos da Abordagem Sistêmica em Cuidados de Enfermagem ao indivíduo e sua família**. Revista Escola de Enfermagem USP; 36 (2): 141-7. São Paulo: USP, 2002.

GARBAR, Claire; THEODORE, Francis. **A família Mosaico**: As novas constituições familiares. São Paulo: Augustus, 2000. cap. 5.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-72.

GOMES, Maria do Rosário Corrêa de Salles. **Nacionalização da Política de Assistência Social e Governos Estaduais no Brasil: o caso do estado de São Paulo**. São Paulo: PUC, 2008 (T.D)

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 103-121, set. 2002.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Famílias: uma experiência em grupo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 165-179, set. 2002.

HINTZ, Helena Centeno. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade a pós-modernidade. **Revista Pensando Famílias**, Porto Alegre, ano 2001, n 3, p. 8-19.

HONSBAWM, Eric. **Era dos Extremos O breve século XX 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. 2 ed. 39 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboços de uma interpretação histórico-metodológica**. 21 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na Contemporaneidade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

JORGE, Camila Felice. **A construção teórica das relações entre família e Serviço Social brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários**. São Paulo: PUC, 2009 (D.M.)

LOPES, José Rogério. Das famílias “desestruturadas” as famílias “recompostas”: transição, intimidade e feminilidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 15, n. 46, p. 5-20, dez. 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In **Serviço social: direitos e competências profissionais – Brasília, CFESS /ABEPSS, 2009**.

_____. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In SALES, Mione Apolinário Sales; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. In **Serviço Social e Sociedade 84**. São Paulo, Cortez Editora, 2005.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PASTORINI, Aljandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças Estruturais, política social e o papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In SALES, Mione Apolinário Sales; MATOS, Maurílio Castro e LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELES, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Leila Lima. Textos de Serviço Social. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

SANTOS, Rosemeire. A comunicação na família “Recomposta”. Taubaté: UNITAU, 2005. (TCC)

SARTI, Cyntia A. A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Diretrizes para a Elaboração de uma Monografia Científica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p, 73-132.

SILVA, Maria Conceição. **Marcas e Marcos** – uma história de profissão: O Serviço Social na Cidade de São José dos Campos. São Paulo: PUC, 2007 (T.D).

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2 ed. ver. atual. São Paulo: Cortez, 2008 – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3).

SOUZA, Anna Maria Nunes. **Família e seu Espaço**. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

SOUZA, Ivone M. C. Coelho de. Mudanças nos papéis femininos, novas famílias uma ligação previsível. **Revista Pensando Famílias**, Porto Alegre, ano 2001, n. 3, p. 21-29.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS** um processo de construção da Assistência Social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza; **FALCÃO**, Maria do Carmo e **FLEURY**, Sônia Maria Teixeira. **Os direitos (Dos Desassistidos Sociais)**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita e FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais uma questão em análise**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 71, p. 9-25, set.2002.

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 16-23.

TELLES, Vera. **Direitos Sociais: afinal de que se trata?** 2 reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

TEJADA, Jorge A. Veja Sciéncz. Problemas de adaptação e personalidade na adolescência. **Revista Pensando Famílias**, Porto Alegre, ano 2001, n 3, p. 8-19.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **A coruja e o camelo**: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social. São Paulo: PUC, 2006. (T. D.)

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 89-96.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore, BOGUS, Lúcia e YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore e OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. **Trabalho com Famílias 1- Metodologia e Monitoramento**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

_____. **Trabalho com Famílias 2- Textos de Apoio**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia e RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social Brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos. In **Serviço Social e Sociedade 95**. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Pobreza e exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In: **Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, ano II, n 3, jan. a jun. de 2001. Brasília, ABEPSS e GRAFLINE.

_____. O significado sócio histórico da profissão. In **Serviço social: direitos e competências profissionais – Brasília, CFESS /ABEPSS**, 2009.

_____. A Assistência Social na Prática Profissional: História e Perspectivas. In **Serviço Social e Sociedade 85**. São Paulo, Cortez Editora, 2006

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In **Serviço social: direitos e competências profissionais – Brasília, CFESS /ABEPSS**, 2009.

_____. **Estudo da evolucao historica da Escola de Servico Social de Sao Paulo no periodo de 1936 a 1945.** São Paulo: PUC, 1977. (T. M.)

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.

Nome:							
CRESS nº				Mês/Ano	de		
				Formação:			
Telefone:							
Email:							
Prefeitura:							
Unidade do CRAS:							
Tipo de Contrato:	Estatutário – Concurso		CLT- Concurso		CLT – Contrato		
	Terceirizado		Outros – Especificar.				
Tempo de Atuação Profissional:				Atuação no CRAS			
				mês/ano:			
Pós-Graduação	Sim			Não			
Qual nível?	Especialização			Mestrado		Doutorado	
Tema da Pós-Graduação:							
Realiza leitura constantemente?				Sim		Não	
Que tipo de Leitura?							
Qual o seu conhecimento da Política Nacional de Assistência Social?							
Não conheço		Conheço Pouco		Conheço Razoável		Conheço Bem	

Qual o seu conhecimento Sobre a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?							
	Não conheço		Conheço Pouco		Conheço Razoável		Conheço Bem
Qual seu Conhecimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS(NOB-RH)?							
	Não conheço		Conheço Pouco		Conheço Razoável		Conheço Bem
Como você avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que atua?							
	Ruim		Razoável		Bom		Muito Bom
De acordo com sua avaliação justifique sua resposta:							

Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:
Qual o perfil de família que você trabalha?

Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
<p>Eu,</p> <p>_____</p> <p>RG: _____, CPF: _____ abaixo assino, estando devidamente esclarecido sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa sobre o trabalho da Assistente Social com Famílias no Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS), realizada pela pesquisadora Rosemeire dos Santos, aluna do Curso de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da Profa. Maria Carmelita Yazbek, concordo em participar da pesquisa, sob a condição de preservação de minha identidade, tanto na coleta dos dados como no tratamento e divulgação dos mesmos.</p> <p>_____, _____ de _____ de _____.</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do Entrevistado.</p>

ÂPÊNDICE 2 ROTEIRO DE ENTREVISTA.

1. O foco do trabalho do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é o trabalho com famílias. Como é realizado esse trabalho no equipamento que atua? Qual sua avaliação do trabalho executado?
2. Como foi o planejar a execução do trabalho realizado hoje no equipamento?
3. O que você enquanto profissional do Serviço Social entende por família? E qual o perfil de família atendido no CRAS ... ?
4. Que abordagem teórica, é adotada no equipamento, pelos profissionais do Serviço Social no trabalho com famílias?

APÊNDICE 3 - PLANILHA DE TABULAÇÃO DE DADOS.

Nome		CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email	
A		xx.xxx	mar/87	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br	
Prefeitura		Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé		Jd. Mara-caibo	CLT - Contrato	7 anos	jul/08	Não
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?		Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.
-	-	Sim	Formal e literatura		Conhecimento Razoável	Conhecimento Razoável
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.				
Conhecimento Razoável	Bom	Dentro das nossas condições de atendimento, podemos avaliar como bom embora, não tenhamos ainda o mapeamento dos bairros feitos, nem a verba destinada aos trabalhos realizados ao CRAS				
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:			

Livros metodológicos direcionados ao trabalho com famílias e Guias dos Programas desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social.			Não existe família enquanto modelo idealizado, cada qual com sua realidade.			
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?			
Famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade social por questões diversas como: idade, etnia, deficiência e outras.			Na concepção de que a família deve ser entendida em sua totalidade, desenvolvemos um trabalho interdisciplinar entre psicologia e serviço social. Também realizamos trabalhos com Grupos de famílias, fortalecendo a socialização e os direitos de cidadania.			
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email		
B	xx.xxx	abr/02	12-XXXXXXX	xxxxx@xxx.com.br		
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação	
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Dom Pedro I	CLT - Concurso FUNDHAS	6 anos	abr/08	Não	
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.	
-	-	s/r	s/r	Pouco conhecimento	Pouco conhecimento	
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.				

Pouco conhecimento	Bom	Considero que um ano e dois meses no CRAS ainda estamos no início do aprendizado com relação a PNAS e a NOB, buscamos a cada dia mais leituras para podermos evoluir, neste conhecimento e por isso acredito que conheço pouco, a medida que o trabalho se desenvolve e a medida que vamos nos aprofundando vamos ampliando o entendimento, mas o trabalho com as famílias vem evoluindo.				
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:			
Para a implantação do CRAS tivemos alguma Palestras e Capacitações, além da utilização e leitura constante da PNAS, NOB, guia CRAS e outros.			Não Existe um modelo de família a ser seguido, trabalhamos com os diversos arranjos familiares e para cada família temos uma visão da sua realidade o que faz a nossa prática totalmente dinâmica, não tendo um roteiro padrão a seguir.			
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?			
Famílias em situações de vulnerabilidade e/ou extrema vulnerabilidade, tendo prioridade as inseridas no Programa Bolsa Família. São Diversos Arranjos familiares, como mães com filhos, idosos com netos, casal com filhos e outros.			<ul style="list-style-type: none"> * Abordagem Individual; * Abordagem Grupal (Reuniões); * Buscas Espontâneas (Acolhida); * Buscas Pró- Ativa. 			
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email		
C	xx.xxx	jan/83	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br		
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação	
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Dom Pedro I	CLT - Concurso PM	16 anos	abr/08	Não	
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.	

-	-	sim	Trabalho com Família	Conhecimento Razoável	Conhecimento Razoável
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.		Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.		
Conhecimento Razoável	Bom		De acordo com a justificativa, conceito de bom: porque propicia estar mais próximo da problemática vivenciada pelas famílias, e poder intervir mais rápido, inserido-as em projetos/programas sociais.		
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:		
Utilizo a experiência e leitura de livros e palestras/capacitação fornecidos pelo poder público.			Acredito que o modelo a ser seguido, são as situações de vulnerabilidades apresentadas pela demanda assistida. Portanto não existe modelo e sim a situação apresentada.		
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?		
O perfil do qual trabalhamos, é a vulnerabilidade social, risco social: monoparental			* Abordagem Individual; * Abordagem Grupal.		
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email	
D	xx.xxx	nov/98	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br	
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação

Prefeitura Municipal de São José dos Campos		Vila Industrial	CLT - Concurso FUNDHAS	09 anos	mai/07	sim
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?		Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.
especialização	Atendimento com Famílias na Teoria Sistêmica	sim	Pertinentes ao Trabalho, Específicas e Outras.		Conhecimento Razoável	Conhecimento Razoável
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.				
Conhecimento Razoável	Muito Bom	O CRAS possibilita acompanhamento mais próximo da família, compreensão de toda sua dinâmica, atendimento extensivo aos demais familiares promovendo o favorecendo espaço de acolhimento e reflexão sobre suas demandas (da família) e monitoramento dos encaminhamentos.				
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:			
Dialética, Sistemicas, pesquisas diversas, literatura do Serviço Social, literatura da psicologia, sociologia e direito, entre outras pesquisas.			É o perfil que ela nos traz, com todos os seus elementos e componentes.			
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?			
Diversos: Pai, Mãe e Filhos; Mães e filhos; Mãe, Avós, tios, filhos, netos, sobrinhos; Pai e filhos; Avós, tios; Pessoas adultas parentes ou não; idoso; etc.			<ul style="list-style-type: none"> * Acolhida; * visitas domiciliares; * Grupos de Convivência; * Grupos socioeducativos; * Lazer; * Atividades culturais e de geração de renda; * Visitas próativas. 			

Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email	
E	xx.xxx	abr/03	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br	
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Vila Industrial	CLT- Concurso FUNDHAS	05 anos	mai/07	sim
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.
especialização	TELE LACRI- Violência Doméstica contra Criança e Adolescentes	sim	Específicas e outras	Bom Conhecimento	Bom Conhecimento
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.			
Conhecimento Razoável	Muito Bom	Hoje acredito que o trabalho realizado é muito bom, pois a equipe técnica busca se capacitar, proceder a leitura e buscar apoio em outras áreas e profissionais para o desenvolvimento das atividades. Porém, acredito que possa melhorar cada vez mais principalmente na estrutura física (que hoje dificulta o desenvolvimento dos trabalhos).			
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:		
Base Sistêmica, Dialética			Não! Pois na atualidade as famílias apresentam os mais diferentes arranjos e particularidades, sendo assim, apresentam também formas distintas de solucionar seus conflitos e quando se coloca um modelo o trabalho fica engessado e não conseguimos vislumbrar novos horizontes de trabalho com essas famílias.		
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?		

* idoso arrimo de família; * Mãe, filhos e agregados; * Pai e filhos; * Mãe, Pai, filhos e idosos; * Somente idosos; * entre outras.			* Vista Domiciliar (busca pró ativa, de acompanhamento); Busca espontânea das famílias; * Grupo sócio-educativo; * Grupo de Convivência; * Grupo de Geração de Renda; * Acolhida; * Atendimento Individual (que ainda persiste).			*
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email		
F	xx.xxx	dez/93	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br		
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação	
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Eugênio de Melo	CLT - Concurso FUNDHAS	14 anos	set/07	Não	
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.	
-	-	sim	Literatura e Livros Específicos do Serviço Social	Conhecimento Razoável	Conhecimento Razoável	
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.				
Conhecimento Razoável	Bom	Tendo em vista as dificuldades do dia-a-dia para a leitura e aprofundamento para o conhecimento da nova Política/normas, avalio meu conhecimento razoável. Quanto ao trabalho junto às famílias, estamos revendo as estratégias e ou encontrar "maneiras" de fazer com que as famílias tenham participação efetiva junto aos grupos/ trabalhos desenvolvidos nos CRAS.				
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:			

Código de Ética, LOAS, Constituição Federal, NOB SUAS, PNAS, ECA, apostilas fornecidas nas capacitações, projeto político para uma ação dialética.			Não atualmente não existe um modelo específico, uma vez que a família vem ao longo dos anos sofrendo mudanças, principalmente no que se refere a sua composição e relações internas e externas (mediante as transformações políticas, econômicas, culturais).		
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?		
De baixa renda, sem qualificação profissional, a maioria chefiada por mulheres, com grande rotatividade de companheiros, pouco filhos (média 1 à 3), não participativa, vulnerável.			Entrevista, trabalho em grupo, visita domiciliar, atendimento/abordagem individual, acolhida (procura espontânea ou encaminhadas pela rede sócioassistencial).		
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email	
G	xx.xxx	dez/03	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br	
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Vila Industrial	CLT - Concurso FUNDHAS	14 anos	abr/09	sim
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.
especialização	Educação, Políticas Sociais e Atendimento às Famílias.	sim	CRAS e Serviço Social	Bom Conhecimento	Conhecimento Razoável
Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.			
Conhecimento Razoável	em implantação	S/R.			

Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?			Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:		
Proteção Básica do SUAS - orientação técnica para o CRAS/MDS; Orientação para o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família - MDS - Brasília 2006; Módulos de capacitação para a implantação do CRAS; Política Nacional de Assistência Social; Material específico produzido pela Pref. de SJC para trabalhar em reuniões socio informativas com famílias do antigo FECAF.			Não, tendo em vista os vários arranjos de famílias vividos atualmente pela família contemporânea, creio que nosso papel é trabalhar com a família que nos procura; considerando aquelas que vivem sob o mesmo teto, independente de laços cosanguíneos.		
Qual o perfil de família que você trabalha?			Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?		
Aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, aquelas que nos procuram para saber "o que" somos, aquelas inseridas em programas de repasse de recurso financeiro, por exemplo Bolsa Família ou Renda Mínima. Priorizando os que estão em descumprimento com algum programa.			* Acolhida/ entrevista individual/ vista domiciliar; * Reunião socio informativa; * Grupo de Artesanato (Convivência).		
Nome	CRESS	Mês/Ano de Formação	Telefone	Email	
H	xx.xxx	dez/03	12-XXXXXXX	xxxxxx@xxx.com.br	
Prefeitura	Unidade do CRAS	Tipo de Contrato	Tempo de Atuação Profissional	Tempo de Atuação no CRAS: mês/ano	Pós-Graduação
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Vila Industrial	CLT - Concurso FUNDHAS	05 anos	mai/07	sim
Qual nível?	Tema da Pós-Graduação	Realiza leitura constantemente?	Que tipo de Leitura?	Conhecimento da PNAS	Conhecimento Sobre a NOB-SUAS.
especialização	Educação, Políticas Sociais e Atendimento às Famílias.	sim	Referente à área de Trabalho	Bom Conhecimento	Bom Conhecimento

Conhecimento da NOB-RH	Avalia o trabalho com famílias realizado na unidade do CRAS que o AS atua.	Justificativa da avaliação do trabalho com famílias.
Bom Conhecimento	Bom	O trabalho desenvolvido com as famílias está bom porque, ainda temos algumas dificuldades referente a adesão das famílias e espaço físico.
Que instrução e base teórica que você utiliza para a sua atuação no trabalho com famílias?		Existe um modelo de família a ser seguido, para a prática profissional do Assistente Social? Justifique sua resposta:
Diversas bibliografias relacionadas à metodologia desenvolvida com famílias com as famílias, a partir do SUAS.		Não existe um perfil específico de família, uma vez que surgem diversas situações e arranjos familiares.
Qual o perfil de família que você trabalha?		Qual o tipo de abordagem que se utiliza com a família para a realização do trabalho no CRAS?
Famílias com vários arranjos familiares, com situações de desemprego, baixa escolaridade, conflitos familiares, enfim, diversas questões sociais (evasão escolar, negligência com idosos, violência)		Abordagem mais utilizada é a sistêmica, realizamos acolhimento, visita domiciliar, grupos de convivência, geração de renda, grupos sócios educativos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)